

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARIA ANA CLEIDE SILVA VIANA

**UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O CARÁTER SOCIAL E EDUCATIVO DAS
AÇÕES DO SCFV PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CRAS SANTO
ANTÔNIO EM BARBALHA-CE**

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2020

MARIA ANA CLEIDE SILVA VIANA

**UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O CARÁTER SOCIAL E EDUCATIVO DAS
AÇÕES DO SCFV PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CRAS SANTO
ANTÔNIO EM BARBALHA-CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de Título de Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Professora Esp. Jacsa Vieira de Caldas.

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2020

MARIA ANA CLEIDE SILVA VIANA

**UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O CARÁTER SOCIAL E EDUCATIVO DAS
AÇÕES DO SCFV PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CRAS SANTO
ANTÔNIO EM BARBALHA-CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de Título de Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Professora Esp. Jacsa Vieira de Caldas.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Esp. Jacsa Vieira de Caldas

Orientadora

Prof.ª Esp. Jamille de Lima Vieira

1ª Examinador

Prof. Esp. Pedro Adjedan David de Sousa

2ª Examinador

Determinação, coragem e autoconfiança são fatores decisivos para o sucesso. Se estamos possuídos por uma inabalável determinação, conseguiremos superá-los. Independentemente das circunstâncias, devemos ser sempre humildes, recatados e despidos de orgulho.

(Dalai Lama)

Dedico este trabalho a Deus, o maior orientador da minha vida. Sem ele eu nunca teria chegado até aqui. Quem como Deus? Ninguém como Deus.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus por ter feito com que meus objetivos fossem alcançados, por não ter me desamparado durante toda essa trajetória. A Ele por me permitir saúde, garra e determinação que eu não desanimasse durante a realização desse trabalho.

A minha família que foi minha maior fonte de incentivo, em especial a minha mãe por estar sempre dedicando o tempo dela a minha filha para que eu pudesse estudar.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando.

As minhas amigas Alice Alves, Manuelle Sousa, Neilma e a minha técnica de estágio Francisca Moreira que tornou-se uma grande amiga me ensinou bastante durante a minha experiência no campo de estágio, Levarei todas para a vida.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

RESUMO

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos configura-se em um serviço organizado por grupos que objetiva prevenir a ocorrência de riscos sociais, crianças e adolescentes são assistidos por esse serviço, sendo um dos mais ativos públicos. O SCFV é considerado um espaço privilegiado para ações socioeducativas, pois é um ambiente de socialização, debate e participação, porém a realidade encontrada nesse espaço é permeada por atividades meramente lúdicas, socializadoras e sem nenhuma criticidade. Frente a esse contexto, a presente pesquisa objetiva analisar a visão do profissional acerca das ações socioeducativas destinadas a crianças e adolescente no serviço de convivência do CRAS Santo Antonio, em Barbalha/CE e tem como objetivos secundários a colocação do SCFV como lugar privilegiado para a educação, a importância da ação profissional para esse processo e as dificuldades encontradas para que essas ações sejam efetivas. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, do tipo descritiva, exploratória e explicativa, desenvolvida através de um estudo bibliográfico e a vivência do estágio supervisionado. Os dados extraídos, através de um questionário semiestruturado, apontam para as influências externas na ação profissional e na fragilidade das mesmas, necessitando voltar atenções para a qualificação profissional, lutas pela garantia de serviços de qualidade e a colocação da educação como ponto de partida para a superação de diversos problemas sociais, principalmente quando fala-se no público infanto-juvenil.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças e adolescentes. SCFV. Educação. Direitos. Profissional.

ABSTRACT

The Service of Coexistence and Strengthening of Links is configured as a service organized by groups that aims to prevent the occurrence of social risks, children and adolescents are assisted by this service, being one of the most active public. The SCFV is considered a privileged space for socio-educational actions, as it is an environment of socialization, debate and participation, but the reality found in this space is permeated by merely playful, socializing activities and without any criticism. In view of this context, the present research aims to analyze the professional's view of the socio-educational actions aimed at children and adolescents at the CRAS Santo Antonio coexistence service, in Barbalha / CE and has as secondary objectives the placing of the SCFV as a privileged place for the education, the importance of professional action for this process and the difficulties encountered for these actions to be effective. The methodology used was of a qualitative nature, of the descriptive, exploratory and explanatory type, developed through a bibliographic study and the experience of the supervised internship. The extracted data, through a semi-structured questionnaire, point to the external influences on professional action and their fragility, needing to turn their attention to professional qualification, struggles for guaranteeing quality services and placing education as a starting point for overcoming various social problems, especially when talking to children and youth.

KEYWORDS: Children and adolescents. SCFV. Education. Rights. Professional.

LISTA DE SIGLAS

- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- CAP'S – Caixa de Aposentadoria e Pensões
- CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
- CNI – Conselho Nacional do Idoso
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça
- CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social
- COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CRFB – Constituição da República Federativa Brasileira
- FNAS – Fundo Nacional da Assistência Social
- INPS – Instituto Nacional de Aposentadorias e Pensões
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
- MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
- MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
- NOB – Norma Operacional Básica
- OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde
- PAIF – Programa de Atenção Integral à Família
- PNAS – Política Nacional de Assistência Social
- PNI – Política Nacional do Idoso
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- ONU – Organização das Nações Unidas
- SBGG – Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria

SESC – Serviço Social do Comércio

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: uma análise à luz da democratização	14
1.1 Política de Assistência Social: Breve Contexto Histórico	14
1.2 O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade ainda em construção?.....	20
1.3 Contemporaneidade e Assistência Social: Um desafio para os Assistentes Sociais.....	24
CAPÍTULO II – O SERVIÇO DE COVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SFVC E SUA RELAÇÃO COM A INFÂNCIA E JUVENTUDE	29
2.1 Caracterizando o SCFV: Resultados e Impactos Familiares	29
2.2 Assistência Social e os Programas voltados a infância e juventude	35
2.3 Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF e o SCFV: Característica Socioeducacional	38
CAPÍTULO III – A VISÃO DOS PROFISSIONAIS ACERCA DO CARÁTER EDUCATIVO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO CRAS SANTO ANTONIO: UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE SUA EXISTÊNCIA, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA.	43
3.1 Percurso metodológico: um avistar no planejamento estratégico para a realização da pesquisa.....	43
3.2 Os serviços da Proteção Social Básica: um olhar lúdico nas atividades do CRAS Santo Antônio	45
3.3 Análise dos dados: um vislumbrar da pesquisa por meio de interpretações profissionais	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
APÊNDICES	68

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a Assistência Social em muito evoluiu enquanto política para o público infante-juvenil, retirando deles a condição de menor e o trazendo para o lugar de sujeitos de direitos, principalmente por meio da Constituição Federal de 88 e do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV é um serviço pertencente a rede de proteção básica, operacionalizado pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, devendo executar ações que previnam situações de riscos e vulnerabilidades sociais, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, tendo as crianças e adolescentes como um de seus públicos prioritários, os dividindo em grupos, classificados por faixa etária.

O SCFV é um ambiente privilegiado por ter como objetivos o desenvolvimento de capacidades em seus usuários, gerando nos mesmos autonomia e protagonismo através da troca de experiências e interação geracional ou intergeracional entre os participantes dos grupos. A autonomia e o protagonismo são tidos para a criança e ao adolescente como conceitos fundantes para o despertar de consciência crítica e o conhecimento acerca de seus direitos, esse conhecimento pode gerar neles o protagonismo social, a capacidade de identificar violações e de sair delas, bem como o despertar para as denúncias de toda e qualquer forma de maus tratos.

Porém, o que se percebe na realidade vivenciada e explorada, particularmente no contexto brasileiro, é que o SCFV está sendo um serviço muito atingindo pela fragilidade das ações profissionais, ocasionando um espaço que sede seu lugar de privilégio ao lugar de espaço meramente socializador. As ações do serviço acabam por ser permeadas por atividades lúdicas com objetivos de culminar sobre determinados temas e festas do calendário anual, abandonando seus objetivos primordiais e realizando ações focalizadas e pontuais, que não geram conhecimento, tampouco criticidade.

Diante dessa realidade é que o presente estudo tem como objetivo principal colocar o SCFV como espaço de sócio educação, considerando seus objetivos e sua influência sobre a vida de crianças e adolescente que o frequentam, voltando olhares para a atuação profissional nesse atendimento e prestação de serviços. Sabe-se que muitos são os percalços para que a atuação profissional se paute em seus objetivos e os alcance com êxito, principalmente em meio aos desmontes sofridos pela Política de Assistência Social, porém não se pode fechar os olhos para atuações retrogradadas e conservadoras que acabam por desmerecer o contexto de lutas no qual a política se gestou e consolidou.

A pesquisa, em seu desenvolvimento e execução, é de cunho qualitativa, de caráter bibliográfico e de campo, sendo ainda classificada como descritiva, explicativa e exploratória. Para a coleta de dados foram utilizados questionários semiestruturados aplicados aos profissionais que desejaram responde-lo, uma amostra de seis, que fazem parte da equipe multidisciplinar do CRAS Santo Antônio, na cidade de Barbalha-CE. Utilizou-se para a discussão do estudo o materialismo dialético de Marx, visando compreender a realidade social como fruto das transformações ocorridas pela instauração do sistema capitalista e seus meios de produção, ocasionando a questão social multifacetada, que tem nesse estudo algumas de suas faces mencionadas.

O trabalho encontra-se dividido em capítulos e seus tópicos, objetivando uma melhor organização e compreensão do tema. No primeiro capítulo discorre-se sobre a trajetória da Política de Assistência Social – PNAS, no Brasil, bem como a constituição do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o trabalho do Assistente Social na contemporaneidade. O segundo capítulo se concentra em discorrer sobre o SCFV seu conceito e atuação, sua relação com os programas ofertados pela Assistência Social para o público infanto-juvenil e sua ligação com o Programa de Atenção Integral as Famílias – PAIF.

Já o terceiro e último capítulo traz o caminho metodológico que se utilizou para a realização da pesquisa, a caracterização lúdica das ações ofertadas pelo SCFV do CRAS Santo Antônio e a interpretação dos dados colhidos acerca da visão dos profissionais sobre o trabalho educativo desenvolvido no referido serviço. Acredita-se ter alcançado os objetivos da pesquisa por meio desses métodos e organização, agregando ao arcabouço teórico do tema.

Justifica-se a presente pesquisa pelo fato de que os idosos, apesar de frequentarem espaços privilegiados para a informação e a educação, como o SCFV, ainda sofrem pelo desconhecimento acerca de seus direitos, enfrentando questões como o preconceito e os estigmas que lhes são impostos socialmente. Dessa maneira, considera-se a reflexão enquanto relevante para uma nova interpretação dessa questão e a emancipação dos sujeitos através desses espaços.

Diante da realização do estudo, percebeu-se que apesar das lutas pela consolidação da política e pela atuação do profissional de forma crítica e transformadora, as ações ainda carregam vestígios do assistencialismo e fragilidades que colocam em risco as conquistas e as lutas dos profissionais e os direitos da população. Dessa maneira faz-se necessário voltar olhares para a utilização dos espaços e para os princípios éticos e o projeto profissional, para que a transformação social comece no futuro de toda sociedade: as crianças.

CAPÍTULO I – A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: uma análise à luz da democratização

A Política de Assistência Social no Brasil, assim como as demais políticas, segue o processo histórico do país, sendo influenciada pela ordem do capital e pelos acontecimentos históricos. Dessa maneira, faz-se necessário contextualizar a Política de Assistência a nível de Brasil e os impactos de suas influências ao longo da história, sejam elas religiosas, econômicas ou políticas, visando traçar seu caminho histórico e compreender sua atual realidade, suas conquistas e seus desafios futuros.

No Brasil, o surgimento do Serviço Social, bem como sua institucionalização, atravessa as décadas de 1930 e 1940, sendo esse um acontecimento que não pode ser entendido como um acontecimento isolado ou natural, muito pelo contrário, deve ser considerado o resultado de dois processos que, ao passo que se interligam, geraram as condições sócio-históricas necessárias para que a profissão se constituísse e traçasse seu percurso histórico. O primeiro processo é o redirecionamento do Estado para seu papel de responsável pelo trato da questão social e o segundo é o processo de recuperação da hegemonia católica por meio de ações sociais.

O período de emergência do Serviço Social, bem como sua posterior institucionalização, é de absoluta e indiscutível importância para a trajetória da profissão no Brasil. Compreender e aprofundar os conhecimentos nesse capítulo da história dos assistentes sociais é importante não só para a formação acadêmica e teórica, mas para a compreensão dos significados sócio-históricos da própria prática profissional e da realidade encontrada em seus espaços sócio ocupacionais.

Nesse primeiro capítulo, se explanará, de forma breve, o percurso da assistência social no Brasil, desde sua gênese, a quebra de seus paradigmas, sua luta para efetivar-se enquanto direito, seu status de política pública e sua entrada na seguridade social, fazendo um tripé com a saúde e a previdência, bem como os desafios e dificuldades que ainda são uma realidade para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social, que ao mesmo tempo que é uma grande conquista, ainda não é efetivo em sua totalidade.

1.1 Política de Assistência Social: Breve Contexto Histórico

A assistência social, no Brasil, tem suas protoformas ligadas a Igreja Católica, onde se desenvolviam ações de cunho caritativo para “ajudar” grupos marginalizados na sociedade,

como os pobres, os órfãos e os doentes. Essas pessoas eram tidas como grupos menos abençoados ou castigados por Deus, e por isso viviam nessas condições e era dever dos mais abastados praticar a caridade para honrar seus ensinamentos religiosos, já que nasceram abençoados. Mas essas ações não possuíam nenhum caráter técnico ou crítico, se pautavam apenas na caridade e na benesse predas pela igreja católica.

Com a chegada da indústria, em meados do século XIX, houveram diversas mudanças no espaço brasileiro, desde a migração para os centros industriais até as condições indignas de trabalho que as fábricas submetiam seus operários, dentre eles, homens, mulheres e até crianças, foi um período de grande pobreza, que alguns autores chamam de fenômeno do pauperismo. Essa nova página da história trouxe consigo diversos problemas de ordem social e até mesmo de saúde, as pessoas se amontoavam em cortiços sem nenhuma higiene ou condição digna de vida, o que causava doenças, outras eram exploradas nas fábricas, para receber salários ínfimo. (PENTEADO, 2003, p.16)

A indústria trouxe consigo a penúria, e esta trouxe consigo problemas de todas as áreas: habitação, saúde, econômica, dentre outras, onde o trabalhador fabril e as populações marginalizadas eram os maiores afetados, mas trouxe também o instinto de luta. A esses problemas, deu-se a denominação de questão social.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, 1996, p. 77)

Considera-se a questão social como o objeto de trabalho do assistente social, sendo ela representada pelo conjunto de problemas que surge, mais precisamente, junto com o capitalismo e suas condições de trabalho. A ausência de respostas para essas questões acaba gerando uma certa inquietação social, tanto na população pobre quanto nos trabalhadores que se submetiam a jornadas de trabalho exaustivas para receber salários que, por muitas vezes, não sanavam a sequer sua fome e a de sua família.

As reivindicações dos trabalhadores e da população terminam por causar uma “perturbação da ordem social”, uma vez que unem ideários que vem a se tornar reivindicações e cobranças para que o Estado tome seu lugar de responsável por as questões já mencionadas, ameaçando a hegemonia da igreja, do Estado e o próprio mercado. A partir desse momento que se tem as primeiras iniciativas do Serviço Social enquanto profissão:

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no “mundo temporal”, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2013, p. 18).

Iamamoto e Carvalho ainda afirmam que as estratégias de resposta à questão social tiveram como base a tentativa de acalmar o proletariado, controlar sua organização e coibir suas manifestações e reivindicações, que eram uma ameaça iminente à hegemonia católica. Enquanto o proletariado almeja melhores condições de vida, organizados enquanto classe trabalhadora, busca pelas conquistas de seus direitos, a classe dominante e o Estado optam em “incorporar” algumas dessas reivindicações e devolvê-las ao operariado em forma de benefícios indiretos, de forma a minorar a situação degradante dos mesmos, evitando sua revolta, mas sem alterar em nada a exploração a que estes eram submetidos (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003).

Nesse momento histórico é que se percebe a necessidade de se ter um profissional, e não uma benesse, que atue de forma direta no enfrentamento das reivindicações trabalhistas, visando apaziguar as tensões. Com a necessidade de ação estatal, e conseqüentemente profissional, é que surgem os primeiros sinais da profissão propriamente dita. O Centro de Estudos e Ação Social é um exemplo dessa necessidade:

O CEAS foi o considerado como o vestíbulo da profissionalização do Serviço Social no Brasil [...] o trabalho de organização e preparação dos leigos se apoia numa base social feminina de origem burguesa, respaldada por Assistentes Sociais belgas que ofereceram a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social (CASTRO, 2011, p. 102).

Castro (2011) ainda informa que o CEAS surge no ano de 1932, abrindo as portas dos estudos em Serviço Social no país, sendo seguido pela primeira escola de Serviço Social, em São Paulo, em 1936. Logo depois, vieram a segunda escola, em 1937, no Rio de Janeiro e a terceira em 1940 em Pernambuco. Os ideários da profissão ainda sofriam influência da igreja, sendo humanistas cristãos e neotomistas, essa realidade só vem a sofrer mudanças ao longo do tempo, sendo influenciada pela situação de outros países, como em 1945, quando os EUA venceram a II Guerra e começam a se empregar o tecnicismo e a profissionalização.

Em 1947 foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) com o objetivo de atender as famílias dos pracinhas combatentes da Segunda Guerra Mundial. Inicialmente caracterizou-

se por um atendimento materno-infantil. Posteriormente, esta instituição foi crescendo e sua linha programática foi acompanhando as demandas do desenvolvimento econômico e social do país, bem como da população em estado de vulnerabilidade social (BOCHETTI, 2003).

Para o Serviço Social brasileiro, os anos 60 do século XX representaram o início de um processo de reformulação global que se prolongará por, pelo menos, três décadas, suscitando um redimensionamento e um amadurecimento profissional indubitável. Esse processo não está finalizado, como explicita Ortiz (2010), “está em curso [...] um processo de construção de uma nova imagem para o Serviço Social brasileiro, iniciado em meados dos anos 60”. Nesse período se inicia um processo de questionamento sobre as bases da profissão, sobre suas influências e posicionamentos, gerando uma crise e uma visão de que havia a necessidade de uma renovação.

Em 1964 tem-se um importante momento histórico e político do Brasil, o período Ditatorial, mais conhecido como os anos de ferro, definidos para Netto como uma manobra para evitar o avanço de correntes revolucionárias. Com os militares no comando o país, surge uma época de intensa repressão as lutas sociais e trabalhistas, Netto o caracteriza como uma contrarrevolução preventiva tem três finalidades:

[...] adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar, em todos os quadrantes, as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (NETTO, 2010, p. 16).

O regime autoritário instituído com o Golpe Militar de 1964 investiu no controle burocrático das políticas sociais provocando forte concentração e centralização do poder em mãos da tecnocracia com a retirada dos trabalhadores do jogo político e da administração das políticas sociais; o aumento da cobertura incorporando grupos anteriores excluídos (empregadas domésticas, trabalhadores rurais e autônomos); criação de fundos e contribuição social como mecanismos de autofinanciamento dos programas sociais e a privatização dos serviços sociais (BORGES, 2014, p.19).

Após o período ditatorial é que o Estado começa, de forma tímida, a tomar seu lugar de responsável ao trato da questão social, a profissão começa a passar por um grande processo de transformação, quebrando seus laços com a igreja católica e com o conservadorismo.

A assistência social como campo de ação governamental registra no Brasil duas ações inaugurais: a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS); e, na década de 40, a criação da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA). A LBA tem grande impacto no

aparelho assistencial estatal como elemento “racionalizador e dinamizador” da assistência. Daí por diante, surgem outras grandes instituições voltadas às áreas mais específicas como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, dirigido a qualificação de jovens e adolescentes filhos de operários para o trabalho na indústria. Da mesma forma, o Serviço Social da Indústria – SESI, incorpora as práticas do SENAI, com objetivo de “estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar do trabalhador na indústria” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p. 268).

Mas até esse momento a Assistência Social ainda carregava em seu seio os ideais conservadores, o assistencialismo e o clientelismo, sendo desprovido de qualquer senso crítico. O objetivo das ações realizadas por esses órgãos citados acima, principalmente a LBA, era a caridade, não a garantia de direitos.

A gênese da Assistência Social como direito, no Brasil, tem seu marco na Constituição de 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã. Partindo desse momento histórico a assistência social ganha um novo patamar, deixando para trás o status de caridade e benemerência e ocupando seu lugar de direito do povo e dever do Estado, não seria mais a igreja a responsável por “ajudar”, mas sim o Estado, em dar respostas.

A Constituição de 1988 institui a Assistência Social como uma política social não-contributiva, voltada para aqueles cujas necessidades materiais, sociais, e culturais não podiam ser asseguradas que pelas rendas do trabalho, que pela condição geracional – infância e velhice – que por necessidade física e mental. O crescimento da prática político-organizativa de algumas categorias profissionais especialmente os trabalhadores de empresa estatal e de capital intensivo ocasionando a emergência de reivindicações por serviços e benefícios sociais como parte dos acordos coletivos de trabalho. (MOTA, 2008, p.15)

É indiscutível a importância dos movimentos sociais em meados dos anos 80, quando vários direitos passam a ser efetivados por meio da Constituição e demais leis. Somente através do protagonismo e participação social é que a Assistência Social abandona seu lugar filantrópico para vir a sociedade enquanto direito, garantido por lei, para quem dela necessitar, as lutas sociais e trabalhistas por esse reconhecimento, são um marco na história dessa e das demais políticas, sendo mais profunda a questão da assistência social:

Foi, contudo no terreno assistência social que a constituição federal de 1988 mais se diferenciou das constituições passadas, ao encampar um projeto que se tornou revolucionário de transformar em direito o que sempre fora tratado como favor e de reconhecer os desamparados como titulares ou sujeitos de direitos. Para tanto, rompeu com as práticas assistencialista largamente utilizadas como instrumento de barganha populista ou de patronagem política, herdada da era Vargas, bem como com o padrão eminentemente contributivo de proteção social (PEREIRA, p.155-156, 2007)

Pela primeira vez na história do país uma constituição apresenta um tripé que tem como objetivo tornar dignas as condições de vida de sua população, garantindo a ela saúde, assistência e previdência. Porém, nem todas as políticas são universais, ou seja, para todos, apenas a saúde teve essa configuração, a assistência social se destina a quem dela necessitar e a previdência é um sistema contributivo, desfrutará de seus benefícios os trabalhadores que para ela fizeram suas contribuições.

Em seu artigo 203, a Constituição de 88 traz os objetivos da Assistência Social:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.” (BRASIL, Constituição 1988, p. 133)

Mais à frente, no ano de 1993, é sancionada a lei nº 8.142, a Lei Orgânica de Assistência Social. A LOAS vem trazer a política de assistência como direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993).

A LOAS “definiu os objetivos, as diretrizes e estabeleceu um padrão de operacionalização criando os Conselhos, os Planos e Fundos da política de assistência social.” Porém a realidade da política ainda é um desafio com programas pontuais, segmentados, repasse de recursos descontinuados, ausência de serviços efetivos e financiamento da política de assistência social. (NEGRI, 2011, p. 109)

O motivo para que o Estado repensasse a questão a Assistência Social no país, foi a ausência de uma política e de um sistema que permitisse normatizar os serviços executados em todo o território nacional, isso fez com que o Governo Federal começasse, a partir de 2003, a estabelecer parâmetros para a gestão dessa política no país.

Na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no referido ano, foi deliberado à implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em 2004, com a política de assistência social, instala-se o SUAS, que traz em seu bojo a gestão de forma

organizada, descentralizada e com princípios de matricialidade sócio-familiar e territorialização, dentro do cenário brasileiro que traduz um conjunto de expressões sociais, pautadas na desigualdade social, expressa a intensa necessidade de políticas de proteção social efetiva e integradas, como vistas a garantia dos direitos de cidadania. (BRASIL, PNAS, 2004)

Em 2005, a V Conferência Nacional de Assistência Social adotou como tema “SUAS – PLANO 10: Estratégias e Metas para Implementação da Política Nacional de Assistência Social”, definindo ações para a implantação e implementação do Sistema Único de Assistência Social no prazo de 10 anos.

É indiscutível os avanços da Assistência Social no Brasil, sua evolução com relação a se tornar uma política de responsabilização do Estado, enquanto direito do cidadão garantido mediante lei. A renovação das ações também são um grande avanço, o abandono de práticas clientelistas, imediatistas, assistencialistas e caritativas, passando a uma atuação crítica, visando transformações societárias. Porém, é indiscutível, também, o fato de que essa renovação e evolução é uma constante, que necessitam de aprimoramento profissional, capacitação e qualidade com a prestação de serviços prestados aos seus usuários e que ainda há muito a se construir para uma política efetiva e eficaz.

1.2 O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade ainda em construção?

O Sistema Único de Assistência Social oferece uma proposta de gestão da Política Nacional de Assistência Social. Constitui-se em regular e organizar, em todo o território nacional, da rede de serviços socioassistenciais, os quais têm como foco prioritário a atenção à família e o território como base de organização.

O SUAS permite especialmente, a articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a universalização de acessos territorializados e a hierarquização de serviços por níveis de complexidade e porte de municípios, com repactuação de responsabilidades entre os entes federados (BATTINI, 2007, p. 61).

Ele descentraliza os serviços socioassistenciais nos territórios, classifica e ordena os serviços em níveis de proteção, dividindo-os em básica e especial, explicadas mais a frente; garante a aplicação autônoma dos recursos pelos municípios com repasse automático e regular de recursos fundo a fundo. Ainda cria um sistema de informação, o Rede SUAS, que favorece o processamento das transações financeiras, que auxilia nos processos de tomadas de decisão e fornece elementos de monitoramento e avaliação dos serviços e benefícios proporcionados pela

PNAS. Além disso, ele estabelece normas que estruturam as novas bases de instituição da assistência social como política de Estado.

O Sistema busca organizar execuções da assistência social em dois tipos de proteção social. A Proteção Social Básica e a Especial. Considera-se que o Centro de Referência de Assistência social - CRAS é o principal equipamento da Proteção Social Básica sendo a porta de entrada da assistência social. Se trata de uma unidade pública Estatal, pertencente ao SUAS, localizado em áreas com indicações de vulnerabilidade e risco social, designado à prestação de serviços socioassistenciais às famílias e indivíduos, tendo em vista a proteção e a prevenção (BRASIL, 2009).

O principal objetivo da Proteção social básica é o fortalecimento de vínculos entre as pessoas, sendo eles familiares ou comunitários, despertando o conhecimento de suas potencialidades, gerando um processo de prevenção aos direitos sociais e a quebras desses vínculos. O principal programa dessa modalidade de proteção, executado pelo CRAS é o PAIF, Serviço de Proteção e Atenção Integral as Famílias.

O CRAS, enquanto equipamento público estatal estratégico deve, assim, garantir a gratuidade, a continuidade dos serviços e o investimento permanente. (...). O CRAS deve prestar serviços, potencializando as mudanças significativas para a população, com vistas a mudar suas condições de vida (BRASIL, 2011, p.148).

Já Proteção social especial, configura-se enquanto um sistema destinado a população e vínculos que se encontram em risco pessoal ou social, ou que tiveram seus direitos violados ou negligenciados. Diferentemente da PSB, a prevenção já não é possível, as ações são feitas objetivando reconstruir os vínculos e reparar os danos. O equipamento que executa essas ações, no primeiro momento, é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o CREAS.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): unidade pública estatal de gestão municipal, do Distrito Federal ou de gestão estadual, quando da oferta regionalizada dos serviços de média complexidade. O CREAS é o lócus de referência da oferta de trabalho social especializado no SUAS às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. (BRASIL, MDS, 2013)

Apesar de considerar o CRAS e o CREAS equipamentos de grande valia para a execução da PNAS e do SUAS, ainda há críticas a se fazer, principalmente as ações do CRAS. O CRAS realiza ações que ainda carregam em si o estigma do assistencialismo, como por exemplo o próprio Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos destinado ao público infanto-juvenil, não se enxergam ações críticas, capazes de desenvolver de forma educativa

essas crianças e jovens. Se configuram de uma maneira particular a ações assistencialistas, sem objetivos definidos, que por muitas vezes são buscados só para o desfrute de um lanche ou um material que é disponibilizado pelo equipamento.

A elaboração, o debate e a aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB/RH) é um outro avanço inegável trazido pelo SUAS. A NOB/RH tem por objetivo a padronização das carreiras do SUAS, por meio de diretrizes nacionais para a implementação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários; a definição de equipes mínimas para a gestão da assistência social como política pública e a prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios; a forma de financiamento, pelas três esferas de governo, dos trabalhadores do SUAS (salários e capacitação); as diretrizes para o Plano Nacional de Capacitação; a identificação dos trabalhadores do SUAS no Cadastro Nacional do SUAS (CadSUAS), entre outros temas essenciais para a garantia de qualidade dos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2009, p 35).

Esse grande passo que foi o SUAS, trouxe uma nova forma de organizar e gerir a Assistência Social brasileira. Planejado e executado pelos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, criando também um sistema de parceria com a sociedade civil, garantindo a Assistência Social devida a milhões de brasileiros, dos mais variados grupos.

Vista essa caracterização do SUAS, acredita-se que são pontos positivos do mesmo a questão de utilizar o território como base para suas ações, a divisão das proteções de acordo com a complexidade, a implementação dos recursos humanos que o sistema trouxe para a Política, a descentralização política e administrativa, a colocação da família como ponto central da política, e o uso das informações e da tecnologia no monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas.

É inegável que o SUAS hoje é uma realidade, um conjunto institucionalizado de valores pelos quais vale lutar, pois se relacionam a um ideal de uma sociedade mais justa e mais igualitária. Entretanto, por ser uma construção republicana, histórica e democrática, está em pleno processo de consolidação, convivendo com conquistas e desafios. Já se avançou demasiada na questão da assistência social como política e como direito, porém ainda há um longo caminho a se percorrer quando se fala em efetivação da política, e conseqüentemente do seu Sistema Único.

Alguns desses desafios são mencionados em documentos desenvolvidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social, o MDS, tido como um dos maiores a capacitação e o debate:

Desde que o SUAS foi criado e a capacitação, posta como um de seus elementos estruturantes, evidencia-se a ausência de debates e interlocuções sistemáticos, qualificados e propositivos com os organismos gestores e produtores de conhecimento na sociedade brasileira. Referimos-nos especificamente às universidades e organizações de pesquisa e fomento à pesquisa. Historicamente, a concepção de assistência social como conjunto de ações emergenciais, pontuais, sem efetividade e afetas ao campo da benemerência e filantropia impediu que a política fosse reconhecida como campo que produz conhecimentos ao se defrontar com riscos e vulnerabilidades sociais e pessoais ancorados na realidade de milhões de brasileiros (BRASIL. CAPACITASUAS VOLUME 2, 2008)

Sabe-se que o diálogo entre o SUAS e a universidade é algo distante e que no presente momento, a pesquisa sofre um dos maiores golpes por parte do Governo Federal, sendo cortadas verbas, incentivos e bolsas para pesquisa e extensão. Essa é uma realidade dura vivenciada pelos pesquisadores do Brasil há muitos anos, mas que tem se intensificado no governo Bolsonaro, distanciando mais ainda as pesquisas, os programas e projetos que integram o SUAS do âmbito acadêmico. O debate do SUAS é tão escasso no meio acadêmico que se arrisca dizer que muitos assistentes sociais saem da universidade sem compreender o sistema, sem conhecer seus objetivos e propostas, o veem apenas como um marco histórico legislativo.

Outro ponto a que cabe críticas é o processo de descentralização do SUAS, que trouxe diferentes responsabilidades a federação, aos Estados e aos municípios. Esse processo, apesar de descentralizar os poderes e ações, desviar mais responsabilidades aos municípios, tornando esses os responsáveis pela forma mais prática da política.

Assim, a descentralização muitas vezes tem sofrido desvios no seu processo e abrigado diversas interpretações equivocadas, sendo confundida principalmente, com a “desconcentração”, ou seja, com o processamento de “mudanças que levam em conta apenas uma dispersão físico-territorial das agências governamentais, que até então estavam localizadas centralmente” (LOBO, 1990).

Descentralização e desconcentração são processos distintos, sendo o primeiro é uma distribuição de poderes em partes iguais e o outro é a distribuição desses poderes, mas submetidos a uma autoridade central. A descentralização acaba por ocorrer de forma equivocada, chamando a parte prática da coisa somente para os municípios, o que chama-se por alguns autores de municipalização da política, necessitando ser revisto, pois a descentralização só funciona quando distribuída de forma igualitária, desenvolvendo cada um o seu papel de forma eficiente.

Os desafios do SUAS não se esgotam aqui, além do debate universitário, a capacitação e o sistema de descentralização, outro ponto que se levanta nesta discussão é a participação popular. Esse é um processo que ainda necessita de crescimento no Brasil, é sabido da

existência dos conselhos, dos movimentos sociais, até mesmo das organizações de trabalhadores para lutarem por seus direitos, mas na assistência social essa participação ainda é muito superficial, não chegando até as camadas mais pobres da sociedade.

Acredita-se que além de um problema no próprio SUAS, esse é um desafio educacional para o país, de não apenas capacitar para o trabalho, mas despertar mentes críticas que são sedentas por informação, participação e voz diante de seus direitos, pois não há ninguém melhor para dizer do que necessita do que a do próprio necessitado. Como sugere o próprio Capacita SUAS:

O SUAS exige maior investimento nas instâncias de pactuação, construindo-se novos espaços e pautas políticas que viabilizem a sua implementação em cada município e garantam aos estados o papel de dinamizadores desse processo. Além das instâncias de pactuação existentes, é importante pensar em outros formatos de debate e interlocução entre os diversos agentes intervenientes deste campo, da assistência social, como fóruns internos dos equipamentos e unidades públicos, que envolvam gestores e trabalhadores da área para discutir e consensuar, na dimensão gerencial estratégica, as referências do sistema, bem como os modos de operacionalização. (BRASIL. CAPACITASUAS VOLUME 2, 2008)

Por fim, é inquestionável os avanços que o SUAS trouxe para a Assistência Social enquanto política no Brasil, mas também é inevitável afirmar que o mesmo ainda encontra-se em processo de desenvolvimento, sendo necessário superar os desafios aqui mencionados, dentre outros mais que não foram aprofundados, para que o sistema se consolide e cumpra de fato com seus objetivos.

1.3 Contemporaneidade e Assistência Social: Um desafio para os Assistentes Sociais

Como dito anteriormente, o Serviço Social tem sua história atrelada a igreja católica e principalmente ao sistema capitalista e por meio dele nasce enquanto profissão, na busca de estratégias para minimizar as expressões da questão social e apaziguamento das tensões entre trabalhadores e mercado, sendo ainda, tendo ainda essas estratégias um cunho assistencialista e clientelista, que não criticam a verdadeira gênese desses problemas.

Iamamoto afirma que, para responder a esse perfil profissional traçado:

Exige uma competência crítica que supere tanto o teorismo estéril, o pragmatismo, quanto o mero militantismo. Competência que não se confunde com aquela estabelecida pela burocracia da organização, conforme a linguagem institucionalmente permitida e autorizada; que não reifica o saber fazer, subordinando-o, antes, à direção social desse mesmo fazer. Competência que contribui para desvelar os traços conservantistas ou tecnocráticos do discurso oficial,

recusa o papel de tutela e controle das classes subalternas em seus diferentes segmentos e grupos, para envolvê-las nas teias e amarras do poder econômico, político e cultural (Iamamoto, 2001, p.144).

Desde sua gênese enquanto profissão, o Serviço Social, encontra-se no binômio de manter a ordem do capital e ao mesmo tempo os interesses da classe trabalhadora. Essa posição caracteriza o Assistente Social enquanto profissional assalariado, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, que assim como todos os outros trabalhadores, também serve ao capital, vendendo sua força de trabalho e por isso entre essa condição de garantidor de direitos e garantidor da ordem social.

Os assistentes sociais, nas últimas quatro décadas, vêm procurando compreender o significado da sua prática profissional no contexto em que está inserido, permitindo-lhe uma visão da expansão de sua intervenção, resultando na superação da imediatividade e do aparente. Os profissionais vêm despertando para enxergar com criticidade o fazer profissional e o cotidiano no qual estão inseridos, tendo em vista ultrapassar o assistencialismo e o clientelismo que ainda são fantasmas na história da profissão.

Guerra (2007, p.27) contribui com esse pensamento quando afirma que:

Os valores e princípios do atual projeto profissional remetem a um novo modo de operar a profissão o que pressupõe a crítica sobre as condições e relações do seu exercício profissional [...] é claro ao profissional que não basta se indignar contra a moral burguesa, não basta o senso moral. É necessário que se desenvolva a consciência moral, que se aproprie da ética como reflexão crítica sobre a moral para se estabelecer quais as escolhas e ações tácitas e estratégicas que nos permitam organizar ações e sujeitos históricos para intervir no processo de democratização da sociedade, visando a uma sociedade justa e equitativa, o que passa pela defesa da vida humana.

Essa nova maneira de ver a profissão nasce do desenvolvimento de um projeto societário, após os Códigos de Ética da profissão e suas atualizações, o Projeto Ético Político do Serviço Social, um passo de extrema importância no amadurecimento profissional e na visão de construção de uma nova ordem societária, para além da imediatividade da profissão e suas ações costumeiras. Para os projetos profissionais, Netto (2000, p.95) apresenta como construção coletiva de uma categoria, (ou sujeito coletivo) que retrata sua imagem profissional:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e

destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Após todo processo de renovação da profissão e o amadurecimento da mesma a competência profissional se expande na esfera pública, não sendo mais visto como um executor de políticas públicas, mas como um profissional formulador e fiscalizador de projetos sociais, exemplo disso é a atuação do assistente social na gestão de políticas públicas e nos conselhos. Yamamoto (2006) afirma que estes são os campos de atuação efetiva do profissional de Serviço Social, trazendo para a agenda pública questões pertinentes ao enfrentamento das desigualdades sociais.

Apesar de adotar todos esses valores, uma formação crítica, expansão das pesquisas, debates universitários, o Serviço Social, nos dias atuais, ainda enfrenta desafios que os fazem regredir ideários ou até mesmo desenvolver ações pouco eficazes. A formação profissional é um desses desafios que surgem com a contemporaneidade, formações aligeiradas, a distância – pela modalidade EAD, superficiais causam danos na atuação desses profissionais.

O que surge, nos últimos anos é uma reforma da educação superior direcionada para a lógica mercantil (bem como todas as políticas influenciadas pelo ideário neoliberal), na busca dos negócios lucrativos, objetivando a adaptação dos perfis profissionais ao novo paradigma da sociedade moderna, no conhecimento tecnológico, por meio da expansão da educação a distância e conseqüente precarização, especialmente, do ensino público superior público. Os resultados são profissionais que regredem a toda luta calcada até aqui, ações baseadas em ajuda e caridade, desconhecimento sobre contexto histórico do país, culpabilização do indivíduo por suas condições, enfim, a profissão acaba por sofrer uma verdadeira regressão teórica.

Outro desafio é o desmonte das políticas sociais, maior campo de atuação do assistente social na atualidade. Esse desmonte dos direitos sociais, civis e econômicos, consiste na eliminação da estrutura e responsabilidade do Estado em frente a “questão social, para a privatizar os serviços públicos e empresas estatais, atingindo diretamente a população trabalhadora, rebatendo nos profissionais de Serviço Social enquanto cidadãos trabalhadores assalariados e viabilizadores de direitos sociais.

Yamamoto (2000, p.113) ainda considera um novo desafio ao profissional assistente social na contemporaneidade:

Desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população

usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado.

O que se espera do profissional assistente social do cotidiano é que o mesmo siga no processo crítico de amadurecimento, caminhando e contribuindo para o processo de construção de uma nova ordem societária, não sendo um profissional messiânico e muito menos fatalista, acreditando que suas ações cotidianas devem estar em comum acordo com o Código de Ética e o Projeto Ético Político da profissão.

É esperado ainda que sua práxis tenha um cunho educativo e transformador, tendo como objetivos a construção de sujeitos históricos respeitados e respeitadores, seres humanos livres e capazes de pensar, agir, e principalmente decidir e participar de seus destinos sociais e históricos. Através dessas ações é que se forma, paulatinamente, a nova ordem societária.

Apesar de trabalhos precarizados, vínculos de trabalhos extremamente frágeis e o desmonte que a assistência social vem sofrendo, enquanto golpe de governo e reaplicação do liberalismo, o assistente social ainda faz muito pela sociedade e pela viabilização de direitos. O momento é de luta, mas somente de lutas a história dos direitos sociais foi construída e solidificada, e é com luta que se fará dos direitos sociais políticas efetivas e eficazes para a superação/ apaziguamento das desigualdades sociais nesse país.

Como observou Antunes (2018, p. 120), a combinação entre neoliberalismo, financeirização da economia e reestruturação produtiva acarretou profundas transformações na composição da classe trabalhadora e em sua morfologia e não seria diferente com o assistente social contemporâneo. O desmonte da política de assistência dificulta o trabalho do mesmo e faz regredir toda e qualquer conquista em relação aos direitos sociais, trazendo políticas focalizadas e imediatistas.

Apesar de toda essa discussão, acredita-se que o maior desafio e contradição da profissão está em estar inserido na divisão social e técnica do trabalho, essa é a questão X. O trabalho de assistentes sociais, como parte integrante das relações sociais de trabalho na sociedade burguesa e do conjunto da classe trabalhadora e de suas lutas, não se autonomiza da dinâmica geral do mercado de trabalho. É possível observar que assistentes sociais experimentam, assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento decorrentes do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho e da vida (Idem, 2018, p. 52).

E ao passo que enfrenta todos esses desafios ainda se vê comprometido com seu Projeto Ético Político para construção de uma nova ordem social e isso requer luta, muita luta. Ao mesmo tempo em que o profissional sofre com a violação de seus próprios direitos, está ali para viabilizar os direitos da população, dos trabalhadores, que compartilham do mesmo desmonte.

Pela mediação das políticas sociais, operando dentro de seus limites e de suas possibilidades, a profissão está envolvida diretamente com a construção cotidiana das expressões da sociabilidade capitalista. Desse modo, o atual cenário desafia assistentes sociais brasileiros, bem como as entidades profissionais associadas em sua tarefa de construção coletiva de ações e enfrentamentos que incidem sobre a formação profissional e o trabalho, mas que ao mesmo tempo se mostram enquanto pauta de ações de resistência coletiva, onde o assistente social deve ser o encabeçador, defensor dos seus direitos e dos demais trabalhadores.

CAPÍTULO II – O SERVIÇO DE COVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SFVC E SUA RELAÇÃO COM A INFÂNCIA E JUVENTUDE

No presente capítulo fez-se uma explanação sobre os conceitos que permeiam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, relacionando-o com a proteção básica, presente na Política Nacional de Assistência Social. Apresentou-se sua função dentro da política, seu público alvo e sua função social, bem como os impactos trazidos por esse serviço a família e a comunidade. O objetivo é que o SCFV seja visto enquanto espaço privilegiado para a disseminação de conhecimento, informação e descoberta de capacidades dos que dele fazem parte, despertando suas potencialidades.

A percepção que se tem, atualmente e diante da realidade social, é que o SCFV se encontra fragilizado, focalizado, deixando escapar sua função social e seu caráter socioeducativo. As atividades desenvolvidas nesse espaço têm escassez de criticidade, necessitam de um despertar e reordenar para que desempenhem mudanças reais nos vínculos familiares e comunitários. É sabido que nos dias atuais não se admitem mais ações de cunho assistencialista ou que façam o trabalho do assistente social parecer vago ou algum tipo de “ajuda”, faz-se necessário repensar o serviço, aplicando uma nova ótica sobre suas ações.

No segundo tópico afinou-se a discussão para o público alvo desse estudo, a infância e juventude, discorrendo sobre os programas da Assistência Social que assistem essa população. Sabe-se que existem vários programas voltados para a infância e juventude dentro da política de assistências, a questão é desvelar se esses programas de fato resolvem as demandas que esse público traz, se cumprem seus objetivos e se contribuem para o crescimento saudável e desenvolvimento dessas pessoas para serem adultos críticos e ativos socialmente falando.

O terceiro e último tópico esmiuçou-se, para melhor compreensão, o PAIF, destacando seu caráter socioeducativo, ponto de destaque deste trabalho, uma vez que acredita-se que a socioeducação é o melhor caminho para a formação de novos atores sociais e que quando aplicada a infância e juventude pode ser um grande aliado no apaziguamento de grandes problemas sociais como violência, analfabetismo, desigualdades, dentre outros.

2.1 Caracterizando o SCFV: Resultados e Impactos Familiares

Os Serviços Socioassistenciais foram normatizados pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social no ano de 2009, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social pela resolução n. 109/2009, e consiste em um

documento que estabelece as nomenclaturas de forma padronizada e regulamenta os serviços prestados pela Assistência Social para reorganizar as condições de atendimento à demanda. Isso foi de suma importância para que os serviços fossem ofertados à população da mesma forma pelo país, de acordo com o SUAS, garantindo uma certa igualdade. Dessa forma, esses serviços devem compor ações continuadas, preconiza o estabelecimento de unidades físicas que devem seguir determinados critérios de acordo com o poder público.

A Tipificação define três serviços referentes à proteção social básica: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos. Aqui se voltarão atenções para o SCFV, com foco no atendimento a criança e ao adolescente, tendo-os como público prioritário, o que será explanado mais à frente. (BRASIL, 2009)

Mas o que seria esse serviço? O SCFV é um dos principais serviços pertencentes a Proteção Social Básica. Este nível de proteção social representa um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social, estruturados com o objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, inserindo as famílias e indivíduos na rede socioassistencial, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a superação dessas situações. Sendo assim, o SCFV se estrutura de maneira a prevenir estas situações de risco, por meio de atividades pautadas no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2004).

É primordial que se enxergue o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como um serviço que se organiza em grupos de convivências e percursos que levam em consideração a história de vida dos indivíduos e de acordo com sua faixa etária. Os seus encontros e ações precisam ter um caráter preventivo, protetivo e proativo em relação aos direitos legalmente garantidos a cada grupo, visando fortalecer os seus vínculos familiares e comunitários, nesse tipo de serviço a convivência é tida como parte fundamental para o fortalecimento de vínculos, proporcionando ao usuário o desenvolvimento de suas potencialidades, sentimento de pertença e capacidade social. Como afirma Sposati:

A política de Assistência Social define convivência como relação que possibilita conhecer os sujeitos de direitos e sua realidade social, de forma a estimular as vivências e fortalecer os vínculos familiares, sob a perspectiva de identificar/reconhecer e afirmar o valor/qualidade constituídos nas trajetórias familiares e comunitárias (SPOSATI, 2012 apud BRASIL, 2017).

Sabendo o objetivo do SCFV, em consonância com a PNAS, faz-se necessário compreender o que seriam os riscos e as situações de vulnerabilidade social, acima mencionadas. Carneiro e Veiga (2004) definem vulnerabilidade como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se deparam ao longo da vida. Portanto, os riscos estão associados, por um lado, com situações próprias do ciclo de vida das pessoas e, por outro, com condições das famílias, da comunidade e do ambiente em que as pessoas se desenvolvem.

Visto isso, quais seriam as vulnerabilidades que a infância e a juventude, público desse estudo, atendidos pela assistência trazem consigo? Essa é uma pergunta cabível de um leque enorme de respostas. A criança e adolescente em situação de risco/vulnerabilidade social podem estar passando por situações que ameacem a seus direitos básicos, como alimentação, educação, saúde, brincar, dignidade e até mesmo respeito,

Ainda segundo Carneiro e Veiga (2004) a pobreza representa a primeira aproximação da maior exposição a riscos, principalmente em contextos em que famílias pobres não contam com uma rede pública de proteção social e ao acesso a bens e serviços básicos que viabilizem melhores oportunidades para enfrentar essas situações. A ausência de recursos materiais dará origem a outras expressões da questão social, como: baixa escolarização, condições precárias de saúde e de nutrição, moradias precárias em locais ínfimos e condições sanitárias inadequadas.

A pobreza é a principal porta de entrada para que outros riscos sociais assolem a vida de crianças e adolescentes, pois está associada a outros muitos problemas. Vivendo em condições de pobreza ou extrema pobreza, não é possível que a criança tenha uma boa alimentação, que ela tenha moradia de qualidade, que ela frequente espaços de lazer ou até mesmo que ela se desenvolva de maneira adequada para que se torne um adulto socialmente e psicologicamente saudável, por isso é possível se afirmar que as condições econômicas, mais uma vez, influenciam diretamente na vida das pessoas, sendo um determinante social.

Pode-se afirmar que a pobreza, além de gerar a exclusão e a desigualdade social, mostra que muitas crianças e adolescentes estão expostos a situações de risco. É de fundamental importância para o país uma política de distribuição de renda e de promoção social. Perante as ações ilícitas em que são tomadas a procura de sobrevivência, os reflexos refletem economicamente à sociedade, por isso se extrai a exclusão em razão das desigualdades sociais e as questões econômicas. É inquestionável que a pobreza seja uma condição paliativa para que jovens se tornem presas em grupos vulneráveis a qualquer tipo de violência.

A visão da criança e do adolescente como oportunidade e a definição de bases de apoio formais (creches, escolas, clubes, programas religiosos) e informais (redes de amizade e solidariedade, relações afetivas significativas na vida das crianças e adolescente), bem como os recursos familiares e comunitários, são os elementos fundamentais para o desenvolvimento saudável da criança (RIZZINI; BARKER; CASSANIGA, 2000). São justamente esses elementos que são trabalhados no SCFV, principalmente com relação aos vínculos familiares e comunitários.

De acordo com o MDS, os principais objetivos do SCFV para a tender a referida faixa etária, são: complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais; assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo (BRASIL, 2016).

O universo informacional, citado anteriormente como objetivo para o referido público do SCFV, é o ponto chave que se pretende discutir. Esse universo poder se considerado enquanto o leque de informações que se dispõe para as pessoas durante a vida, sendo construído a partir da convivência comunitária e com o mundo a volta, sendo essa uma interpretação pessoal do termo. Porém a ampliação desse universo se estende, como os próprios objetivos do SCFV afirmam, a temas artísticos, culturais, para estimular o desenvolvimento das potencialidades e talentos, bem como a formação cidadã, tanto para a faixa etária de 06 a 15 anos, como para as faixas de 15 a 17 anos e 18 a 29 anos.

O público prioritário para o atendimento no SCFV, de acordo com a Resolução CNAS nº 1/2013 são crianças, adolescentes e idosos nas seguintes situações: em situação de isolamento; em trabalho infantil; com vivência de violência e negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; em situação de abuso e/ou exploração sexual; com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); em situação de rua; e com vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência. (BRASIL, 2013)

Apesar de ter esse conceito fechado do público prioritário atendido pelo SCFV, sabe-se que o que se encontra na realidade vai muito além desse conceito. Atualmente, para a

identificação dos usuários em situação prioritária, deve-se utilizar o Número de Identificação Social - NIS do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico. Além disso, tem-se as questões práticas de que um público é mais escasso do que outro, o que acaba dificultando atender somente ao público prioritário, uma vez que o CRAS é um equipamento do território, devendo receber e acolher a todos que dele necessitam, mesmo que muitas vezes suas condições sejam precárias.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome define que os usuários do SCFV devem ser divididos por grupos de idade, considerando as especificidades do ciclo de vida de cada grupo, sua faixa etária e conforme a demanda do território onde o serviço é ofertado. As atividades desenvolvidas nos diferentes grupos devem ser pensadas de forma coletiva, dispondo da participação ativa da equipe de trabalho do Serviço, composta por técnicos de referências e educadores sociais, e dos usuários. (BRASIL, 2013)

A fins deste estudo, prioriza-se o SCFV destinado ao atendimento de crianças e adolescentes (de 06 a 15 anos de idade), através de atividades que perpassem o âmbito educativo, cultural e esportivo, construindo um espaço de convivência e formação para a participação e cidadania, de modo que se desenvolvam o protagonismo e a autonomia.

Sabendo do papel do SCFV, seus objetivos, sua missão social, é que se indaga: qual o resultado desse serviço na vida de crianças e adolescentes e suas famílias? Há de se considerar que o papel da família é primordial para o desenvolvimento da criança e do adolescente, em prol de que consiste no primeiro referencial do ser humano, o suporte a partir da qual ele construirá seu próprio alicerce. É preciso compreender que a participação familiar na vida da criança e do adolescente, quando ela vem desorganizada ou desestruturada, onde há falta de afeto, de respeito entre pai, mãe, resultará em sequelas desenvolvimento para eles.

Diante disso a desestruturação familiar pode surgir à violência intrafamiliar, através da prática de abusos, maus-tratos na infância, levando em consideração as consequências que refletem em seu estado físico e emocional, irão influenciar em sua conduta como adultos, tornando-se também pessoas agressivas com seus filhos, com suas esposas ou com seus maridos. Como evidencia Costa e Terra:

Muitas vezes, os jovens são mais vítimas do que réus, e que não se resolvem os problemas sociais apenas com o direito penal máximo, uma vez que as raízes dos problemas encontram-se, na maioria das vezes, na base da família e na falta de política e de apoio que fora constitucionalizada para ser ofertada à família, pelo Estado e Sociedade, e que não o é. (2010, p. 270)

Nesse sentido é que o serviço aqui tratado soa como um bálsamo a prevenir situações que são frutos de famílias desestruturadas, ausentes e até mesmo negligentes. A conscientização do papel da família no desenvolvimento da infância e da juventude, a reestruturação das bases familiares, a informatização, a troca de conhecimentos, são esses os resultados do SCFV para o público frequentador, isso quando desenvolvido de maneira correta e organizada.

A realidade atual se mostra como um grande problema social, o número de crianças e adolescentes que infringem a lei cresce a cada dia, sendo resultado de uma sociedade de pais ausentes e de famílias sem nenhuma estrutura, o que faz do SCFV um serviço mais que necessário, fundamental. Porém, o serviço com o qual depara-se hoje é fragilizado, apresentando falhas, focalizado e por muitas vezes assistencialista.

Como se sabe Assistência Social oferece programas e serviços socioassistenciais para os usuários que dela necessitam. A organização desses serviços em rede é desafiada a ultrapassar as práticas fragmentadas e desconectadas da realidade vivenciada pelos usuários rumo a uma organização horizontal e participativa, com práticas descentralizadas, na qual as múltiplas necessidades dos sujeitos de direito e de suas famílias devam ser atendidas por várias políticas de forma integral (XAVIER et al., 2007).

Assim, objetiva-se que o público alvo do SCFV passe a se reconhecer enquanto capaz de realizar escolhas de ordem pessoal e política. Para tanto, a formação de um espaço de relações protegidas é essencial para que os indivíduos pensem e projetem suas aspirações. Portanto, a convivência possui um caráter político, por possibilitar que os mais diversos usuários se relacionem e experimentem uma situação de igualdade e passem a compreender o próximo, assim como às instituições em que são atendidos.

Diante do que foi abordado, o MDS (2014) dá estratégias para a melhoria do trabalho no SCFV que envolvem: a participação dos usuários em atividades lúdicas, como as peças teatrais; a realização de atividades públicas que foquem no conhecimento do território; a promoção de encontros intergeracionais para propiciar a troca de vivências; as oficinas socioeducativas que incluam as danças populares, o esporte, o contato com a arte, dentre outros. Gomes et al. (2014) destacam a importância de atentar-se aos ambientes de estudo para que não se reproduzam as metodologias tradicionais de aprendizagem, pois isso tem gerado um ambiente cansativo e, conseqüentemente, tem sido a causa de evasão do SCFV.

Como já mencionado anteriormente, o SCFV é executado pelo CRAS, porta de entrada para a Assistência Social, o problema é que esse equipamento, na maioria dos casos se encontra em um acelerado processo de sucateamento. Problemas de infraestrutura, falta de capacitação profissional, instabilidade, corte de gastos, ações pontuais e fragilizadas, essa é realidade das

maiorias do CRAS, o que acarreta problemas na execução dos serviços, sua qualidade, eficiência e eficácia. Essa é uma triste realidade que precisa ser vista pelo poder público, pelos profissionais e pela população, para que cobrem, via lutas sociais, a melhoria desse equipamento e seus serviços.

2.2 Assistência Social e os Programas voltados a infância e juventude

Sabe-se que a população infanto-juvenil, de meados das décadas de 1930 até 1988, pouco eram assistidas em seus direitos, seja pelo poder público, pela sociedade ou pela família. O que se tinha na realidade, nos períodos referenciados, era uma assistência social com caráter e práticas culpabilizadoras, opressivas, punitivas, código de menores e leis abusivas, em que mais contribuía com a violação de direitos e mínima transformação da realidade dessa população. Tal realidade só veio a ser mudada após a Constituição de 1988 e a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente nos anos seguintes.

Dentro desta perspectiva, a mudança caminha no sentido de substituir os paradigmas que até então vinham orientando políticas e ações sociais. Repudiam-se as práticas assistencialistas, estigmatizadoras e segregadoras que sustentaram por muitas décadas a divisão entre “crianças” e “menores”. Procura-se redefinir os grupos sobre os quais as políticas devem incidir. Na realidade, esses grupos não mudaram: continuam sendo os mais vulneráveis aos efeitos da pobreza e da exclusão social e os que representam algum tipo de ameaça à sociedade – o que é incompatível com as propostas de garantia de direitos em curso (RIZZINI; BETTEGA; SILVA, 1998).

As mudanças de gestão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente propõem a estruturação de um sistema estratégico, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD): “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (ECA, artigo 86)

Com relação a Assistência Social, passa a ser estratégica para efetivação dos direitos, comprometida com a promoção da dignidade humana. Deve ser executada de forma articulada e integrada com as demais políticas setoriais e sociais, considerando a complexidade e as especificidades do público atendido. E com relação a garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, a Política de Assistência Social, na busca pela superação da fragmentação e fragilidade do atendimento e da promoção

da intersetorialidade, identifica nas redes de proteção aos direitos da infância e adolescência, a possibilidade de construção de um espaço privilegiado para sua efetivação.

A política de assistência desenvolve programas e projetos que visam a garantia e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, considera-se o mais importante deles o Programa Bolsa Família, sendo ele um programa de transferência de renda, vem ajudar na superação da pobreza, tida nesse estudo como o ponto fundante da exclusão social, que gera diversos problemas a essa população, servindo ainda como garantia de outros direitos como a saúde, alimentação, trabalho e renda, atendendo não só o público infanto-juevenil, mas a família de uma maneira geral.

O Programa Bolsa Família é apontado como carro-chefe das políticas sociais e tem também papel unificador de outras políticas. Articula-se com o direito à alimentação por meio da garantia de uma renda mínima; articula-se com saúde e educação por meio das condicionalidades; articula-se com políticas de geração de trabalho e renda porque, no pacto de adesão firmado com os municípios, determina a adoção de ações complementares nesse sentido. (BRASIL, 2017, P. 12)

Apesar de demasiadamente criticado, o PBF é um dos maiores avanços na garantia de direitos de toda população. As críticas ao programa se dão pelo fato de transferir renda para as famílias necessitadas, o que para muitos é caracterizado como um incentivo ao comodismo no que se refere a busca de outras fontes de renda por meio do trabalho. Porém é inegável sua contribuição para a retirada de milhões de brasileiros da pobreza extrema, garantindo a muitas famílias a melhoria de vida de suas crianças, proporcionando a elas os mínimos sociais, que lhes causam mudanças drásticas na qualidade de vida, em sua alimentação, habitação, poder de compra e até mesmo conforto.

‘Transferência de renda’ é uma ação que busca garantir a melhora de vida das famílias, transferindo benefícios financeiros de forma direta às pessoas, ou seja, repassando uma quantia em dinheiro para cerca de 13,6 milhões de famílias brasileiras. No caso do Bolsa Família, a seleção das famílias é feita com base nas informações registradas pelos municípios no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. (BRASIL, 2017. P. 17)

Outro programa desenvolvido pela Assistência Social é o Programa Criança Feliz, datado do ano de 2016, é um recente avanço para crianças de zero a seis anos, visando oferecer serviços que promovam seu desenvolvimento cognitivo, emocional e psicossocial. O Criança Feliz tem o objetivo de promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância e facilitar o acesso

da gestante, das crianças na primeira infância e de suas famílias às políticas e serviços públicos de que necessitem. (BRASIL, 2017)

A visita domiciliar é a principal ação do programa, representando uma estratégia de aproximação com os usuários e o reconhecimento mais preciso das características, potencialidades e necessidades daquele território. Essa aproximação e estudo deve resultar em intervenções particulares, pertencentes a determinada realidade social, atendendo seus anseios.

O Brasil carinhoso é um outro programa voltado, diferente do Criança Feliz, tem uma perspectiva de atenção integral que além de focar no desenvolvimento desse público, se volta ao critério da renda, educação e saúde. Dentre as principais ações do programa, está o apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil para o atendimento em creches. Assim, os municípios podem ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação infantil, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

Um dos programas de maior importância na assistência é o Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o AEPETI. Apesar de no senso comum da maioria das pessoas esse ser um assunto já superado e considerado como uma luta já vencida, o trabalho infantil é uma realidade na sociedade brasileira, existindo nas suas mais diversas formas, geralmente forçado pela situação de fome e miséria e até mesmo pelas crianças e adolescentes em situação de rua. As ações se estruturam em cinco eixos:

Informação e mobilização a partir das incidências de trabalho infantil, para o desenvolvimento de ações de prevenção e erradicação; Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil; Proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias; Apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização; Monitoramento das ações do Peti.(BRASIL, 2013)

Esses são os principais programas desenvolvidos no âmbito da Assistência Social voltados a infância e juventude, visando a efetivação dos direitos dessa população, seu pleno desenvolvimento social, psicológico e até mesmo cognitivo. Apesar de serem um grande avanço na proteção integral da criança e do adolescente, ainda enfrentam diversos desafios para sua efetivação, como os cortes com a assistência social, principalmente no atual governo. Os cortes do PBF é um grande exemplo disso, deixando milhares de famílias voltarem as suas condições de pobreza e vulnerabilidade social.

É preciso voltar atenções para a maneira com que se trabalha diante dos serviços prestados a população, se tratado do profissional assistente social, uma vez que esses serviços,

programas e projeto jamais tenham um caráter assistencialista, repressor, punitivo, ou algo do tipo, para que a profissão não seja levada ao ato de retroceder em suas conquistas éticas e dialéticas.

Outras ações para esse público são realizadas pelo Sistema S, que é um sistema composto por instituições que se voltam a questões profissionais diversas, apoiam a indústria, o comércio e o trabalho de diferentes ramos. Exemplos práticos são o SESC, SESI, SENAI, velhos conhecidos da população brasileira, que em parceria com o estado, desenvolvem ações voltadas a geração de trabalho e renda, que corroboram com os objetivos da assistência social, sendo assim aliadas.

Fazendo uma relação da assistência, com o Sistema S e suas ações para o público jovem, na geração de primeiro emprego na condição de jovem aprendiz, e a questão do trabalho enquanto categoria é que se percebe a importância dessa interligação. Foi tecida uma crítica sobre a centralidade da pobreza nos problemas que atingem o público infanto-juvenil nesse estudo, e um forte combatente a essa questão é o trabalho. A geração de emprego e renda aparece como uma questão que precisa ser considerada para esse público, uma vez que é capaz de além de formar seres sociais, lhe dar meio de se manter, reduzindo as possibilidades de problemas sociais advindos da pobreza.

2.3 Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF e o SCFV: Característica Socioeducacional

O SCFV deve se articular com outro importante serviço: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), considerado que o mesmo é voltado, como o próprio nome já diz, a proteção integral a família, tendo com o objetivo produzir aquisições materiais, sociais, socioeducativas ao cidadão e à cidadã e suas famílias para suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar, bem como desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, seu protagonismo e sua autonomia.

O caráter socioeducativo, mencionado nas aquisições do parágrafo anterior, é o objetivo primordial desse estudo, pois acredita-se que o desenvolvimento desse tipo de ações para o público infanto-juvenil é capaz de mudar significativamente os rumos sociais de sua história. Mas de que maneira? A educação é um grande e prospero caminho para mudança social, seja ela qual for. Ações socioeducativas trazem informação, conscientização, criticidade, e assim, pessoas que pensam e agem de maneira diferente, gerando uma sociedade diferente, com novos costumes, uma nova ética, enfim, uma nova história.

Os demais serviços e instituições já foram conceituados anteriormente, mas o que seria o PAIF?

O PAIF consiste em um serviço dirigido às famílias que estão em acompanhamento no CRAS e tem por foco a própria família. Entre os propósitos do PAIF está o de fortalecer o papel protetivo das famílias, de maneira que sejam protagonistas sociais e capazes de responder pelas atribuições de sustento, guarda e educação de suas crianças, adolescentes e jovens, bem como de garantir a proteção aos seus demais membros em situação de dependência, como idosos e pessoas com deficiência, como prevê a Constituição Federal (MDS, 2012, Orientações Técnicas sobre o PAIF, v. 2, p. 104)

O PAIF é indispensável para que as famílias e seus membros deem a suas crianças e adolescente a atenção necessária a sua condição de seres em desenvolvimento, que precisam de proteção e educação. Essa questão é de suma importância para que o tratamento dado a esse público seja de acordo com sua idade e mentalidade, evitando que os mesmos passem por situações que firam sua saúde física e mental, é preciso considerar, sempre, essa fase como um período que deixará marcas permanentes nas pessoas, acarretando, ou não, problemas e estigmas a sua vida adulta.

Assim como o SCFV, mais uma vez tem-se a família como centro das ações, uma vez que ela é o seio do desenvolvimento da criança e do adolescente, o serviço e o PAIF devem agir concomitantemente para realizar o trabalho com as famílias, dando base para o desenvolvimento desse público, colocando a família em sua função social primeira, a de proteger.

O PAIF tem como pressuposto que a família é o núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento do cidadão; e, de outro, que o Estado tem o dever de prover proteção social respeitada à autonomia dos arranjos familiares (BRASIL, 2006, p. 28).

As famílias atendidas em um serviço também podem ser atendidas no outro, partindo do princípio do SUAS denominado “Matricialidade Sociofamiliar”, na qual a família é o centro da proteção social. A importância da família é destacada também na Constituição e na LOAS, assim como no Estatuto da Criança e do Adolescente e no do Idoso. A família, portanto, é a unidade de intervenção da política em questão (XAVIER et al., 2007).

Não se pode afastar ou negligenciar a presença da família no âmbito socioeducativo de crianças e adolescentes, muito menos deixá-la se ausentar do papel protetivo, por mais que esse seja um problema real e recorrente na sociedade atual. É preciso reforçar e educar a própria família e sociedade em geral para que compreendam o seu papel no desenvolvimento de

crianças e adolescentes, para que os mesmos percorram esse processo com bases importantes como as referências de respeito, pertencimento e acolhimento nesse espaço privilegiado que é a família.

Outra questão a ser revista é a de que o SCFV não se caracteriza, e não deve, como contraturno escolar, devido às vivências sociais que o Serviço prevê em conjunto com os demais projetos e programas da Proteção Social Básica desenvolvidos no território de abrangência do CRAS e que deve ser articulado ao PAIF para que possa cumprir de maneira efetiva os preceitos definidos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, definidos pela Resolução do CNAS 109/2009 (BRASIL, 2010). Ou seja, o SCFV não é algo complementar a escola, e não é desse tipo de educação que o mesmo trata, não se configura pela educação de informações que capacitam pessoas para carreiras e profissões, o SCFV traz uma educação mais voltada a convivência familiar e comunitária, com um conhecimento voltado a vivências, ao mundo e a realidade que se vive.

Com relação ao caráter educacional que deve pertencer a esses espaços, a família precisa ser o primeiro e principal educador da criança e do adolescente, não que seja a única, ou que seja culpabilizada quando esse caráter educativo não se desenvolve, mas que é de suma importância que seja desenvolvido em seu seio. Uma vez que o caráter educativo adentra as famílias é pouco provável que suas crianças e adolescentes se desviem de seu desenvolvimento saudável. Porém o que se vê na realidade, como já se mencionou, são famílias desestruturadas, que perderam sua capacidade de educar, seus vínculos e seu lugar social, necessitando assim desses serviços.

Ainda dialogando com Xavier et al. (2007), a família provê os cuidados aos seus membros e media suas relações com a sociedade, para tanto, também necessita ser cuidada. As mudanças ocorridas na sociedade contemporânea interferem diretamente nas famílias, as quais materializam esses impactos por meio da pobreza e da exclusão social, por exemplo.

Conforme o manual de orientações técnicas PAIF vol.01 (2012), o trabalho socioeducativo com famílias possibilita a obtenção de ferramentas que contribuam para a enfrentamento das situações de vulnerabilidades sociais vivenciadas por toda a família, contribuindo para sua proteção em forma integral, materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS. O serviço deve atender todas as famílias em situação de vulnerabilidade social do território, mas as ocorrências de determinadas situações que atingem algum de seus membros podem ser um indicador de que a família demanda um olhar mais atento, tais como:

Famílias com integrantes sem a devida documentação civil; Famílias com vínculos fragilizados entre pais e filhos de 0 a 6 anos; Famílias com jovens de 15 a 17 anos, com defasagem escolar e com frágil ou nulo acesso a serviços socioassistenciais e setoriais de apoio; Famílias com adolescentes grávidas, com precárias condições para prover seu sustento; Famílias que não conseguem garantir a segurança alimentar de seus membros; Famílias com denúncias de negligência a algum de seus membros; Famílias com episódios pregressos de violência entre seus membros adultos; Famílias com episódios pregressos de violência contra criança/adolescente (abuso sexual, violência física ou violência psicológica); Famílias que tiveram criança/adolescente em abrigo, casa-lar ou família acolhedora; Famílias com integrante egresso de situação de tráfico de seres humanos; Famílias com integrante egresso de situações análogas a trabalho escravo; Famílias com um ou mais integrantes desaparecidos, falecidos, internos ou egressos do sistema prisional, com especial atenção às internas gestantes e nutrizes; Famílias com integrante com história de uso abusivo de álcool e outras drogas. Famílias com pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social. (BRASIL, 2012)

Percebe-se que não são poucas, tampouco incomum as situações trazidas ao PAIF e ao SCFV que exigem dos profissionais um olhar mais atento para determinadas famílias. Gravidez na adolescência, falta de recursos para os sustento, vínculos fragilizados, são milhares de brasileiros que enfrentam essas questões, necessitando dessas ações socioeducativas, visando a superação ou apaziguamento desses problemas, não que a educação seja uma solução imediata para eles, mas seria uma alternativa bem promissora quando pensada ao longo dos anos e sociedades.

O SCFV funciona articulado ao PAIF, o qual possui caráter continuado, e abrange projetos e serviços que buscam o desenvolvimento da autonomia familiar para o fortalecimento de vínculos e a da função protetiva. Esse serviço contribui para o acesso aos direitos e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos usuários (GONDIM, 2013).

Os atendimentos referem-se a ações imediatas compostas pelas seguintes atividades: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos. Através do ato de acolher é que se escutam as necessidades e demandas trazidas pelas famílias e ofertam informações sobre as ações do serviço e de outras políticas sociais, nesse primeiro contato é que se pretende desenvolver vínculos entre profissional e família, bem como a colheita de informações primordiais para identificar suas principais necessidades.

As oficinas com famílias é que se desenvolvem reflexões sobre temas de interesse daquelas famílias. Essa ação possibilita a problematização e reflexão crítica das situações vividas no território, estimula a socialização e discussão de projetos de vida, possibilita o compartilhamento de experiências, desenvolvimento das habilidades de negociação e mobilização. E, ainda, essa ação contribui para o desenvolvimento de projetos coletivos e o empoderamento da comunidade (BRASIL, 2012).

Outra ação do PAIF são as ações comunitárias. Essas atividades coletivas mobilizam um número maior de trabalhadores se comparadas às oficinas com famílias e agregam vários grupos do território em que o serviço é ofertado. As atividades buscam promover a comunicação comunitária, a mobilização social e o fortalecimento de vínculos das famílias do território. As atividades comunitárias podem ser executadas por meio de palestras, campanhas e eventos comunitários.

Através dessas ações que se pretende, junto ao SCFV, colocar em prática o caráter socioeducativo. Porém percebe-se que há barreiras que dificultam essas práticas, como a falta de capacitação profissional, desconhecendo até mesmo o que seria a socioeducação, ou a dificuldade de desenvolver ações intersetoriais.

O desafio da intersetorialidade passa por diferentes conceitos na maneira de planejar, realizar e controlar a prestação de serviços, o que significa modificar toda a forma de articulação dos vários segmentos da organização da máquina governamental, que muitas vezes possuem percepções e interesses também diferentes (JUNQUEIRA, 1997).

Dessa maneira é preciso que se volte atenções, principalmente para as famílias que tem dificuldades em reconhecer seu dever protetivo e depois para os profissionais, assistentes sociais, que desenvolvem essas ações e prestam serviços nesses equipamentos, programas e projetos, para que se capacitem e compreendam a importância da educação na vida desse segmento populacional e mudança social que a mesma pode promover, modificando não somente a vida de determinada criança ou adolescente, mas a transformação e constituição de uma nova sociedade, de nova cultura, novos ideais e conseqüentemente novas atitudes.

Faz-se necessário, ainda, diferenciar o processo socioeducativo aqui mencionado do processo educativo escolar. O processo educativo da escola tem o objetivo formador de um ser social, com foco na sua formação profissional, abarcando matérias específicas que darão as crianças e adolescentes informações sobre diversas áreas e sobre o mundo. Já a educação, mais conhecida como socioeducação trabalhada nos CRAS, e principalmente no SCFV, é voltada para a construção de um ser social, porém de forma crítica, um cidadão.

A socioeducação oferecida pelo SCFV deve ser voltada para a formação crítica de cidadãos, ciente de seus direitos e também de seus deveres, de seu poder de transformação social, de emancipação e autonomia. Diferentemente de educar orientando para a formação profissional e pessoal, esse caráter educativo educa para a sociedade, para o mundo e os destinos que podem ser formados a partir de uma nova concepção de si mesmo e do ambiente de poder que podem ocupar nesse espaço.

CAPÍTULO III – A VISÃO DOS PROFISSIONAIS ACERCA DO CARÁTER EDUCATIVO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO CRAS SANTO ANTONIO: UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE SUA EXISTÊNCIA, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA.

Este capítulo teve como intuito delimitar os procedimentos metodológicos para a concepção do estudo, sendo a proposta principal interagir com os dados obtidos no decorrer da pesquisa. Para isso, foram adotados métodos, técnicas e instrumentos necessários para se obter respostas aos questionamentos e ao objetivo propostos inicialmente: Pontuar o SCFV como um espaço de socialização e educação, desvelar o caráter das ações desenvolvidas nesse campo e desmistificar a prática do assistente social enquanto agente educador e as práticas profissionais educativas.

Tendo em vista alcançar os objetivos anteriormente mencionados é que se tem aqui uma pesquisa de cunho qualitativo, de caráter bibliográfico e de campo, se enquadrando ainda nos perfis de estudo explicativo, descritivo e exploratório.

3.1 Percurso metodológico: um avistar no planejamento estratégico para a realização da pesquisa

O presente estudo utilizou-se como procedimentos técnicos a pesquisa de campo e bibliográfica. Com relação a pesquisa qualitativa, Minayo discorre:

Esse tipo de método que tem fundamento teórico, além de permitir desvelar processo social ainda pouco conhecido referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e a categorias durante investigação. Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna para a elaboração de novas hipóteses, construção de indicadores e tipologias (MINAYO, 2007, p. 57).

Já a pesquisa de campo, segundo Marconi e Lakatos (2010) é aquela utilizada com objetivo de alcançar informações ou conhecimento acerca de um problema para o qual se processa uma resposta. Esse tipo de pesquisa mostra-se enquanto um dos mais ricos, uma vez que se adentra o ambiente de pesquisa, podendo observá-lo e identificar as questões ali presentes, as interpretando e aplicando as variáveis coletadas no campo a pesquisa.

Já a pesquisa bibliográfica aparece como indissociável de qualquer estudo, visto que se realiza através de estudos já existente sobre o tema, que trazem conhecimentos de outras épocas, outros contextos, permitindo a compreensão da realidade social e de sua historicidade, ou seja, o caminho percorrido para se chegar até a atualidade, bem como outras interpretações sobre

diferentes óticas. Para Gil (2008) pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2002, p. 44).

A pesquisa terá, ainda, uma abordagem qualitativa. Conforme, Marconi Lakatos (2009) pesquisa qualitativa se preocupa em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano, proporciona um estudo mais detalhado sobre algo. Que é justamente o que se busca aqui, desvendar um fenômeno social através da pesquisa, por isso o cunho qualitativo será o mais utilizado.

Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de um estudo exploratório-descritivo. Segundo, Gil (2008) pesquisas exploratórias proporcionam maior familiaridade com um problema envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos. Ainda de acordo o autor a pesquisa descritiva descreve as características de certa população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis; envolvem técnicas de coleta de dados padronizadas (questionário, observação); assume em geral a forma de levantamento.

A coleta de dados será feita através da aplicação de questionários composto por perguntas objetivas e subjetivas em forma ordenada, conforme a descrição do instrumento aqui apresentado e com observação assistemática. Esses questionários foram aplicados aos profissionais que compõem a equipe do CRAS Santo Antônio, visando apreender seu ponto de vista sobre as ações desenvolvidas para o público infanto-juvenil no referido espaço, mais especificamente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Deixa-se claro que os profissionais foram apresentados ao Termo de Livre Esclarecimento e Consentimento, permitindo o uso de suas respostas como contribuições a esse estudo.

Diante do exposto podemos dizer ainda que o estudo foi desenvolvido em três níveis: exploratório, descritivo e explicativo (Gil, 2007). O primeiro é assim considerado por proporcionar uma visão macro, de tipo aproximativo sobre um determinado fato, e possibilitar estudos mais profundos sobre este, no caso, o crescente fenômeno da responsabilização do idoso pela sua família. O segundo nível se dá pela caracterização de determinado fato, neste

apresentou a identificação socioeconômica do grupo de idosas e do fenômeno já mencionado, onde foram apontados dados estatísticos e estabelecidas ligações entre suas variáveis. O último, apresentado como explicativo, é assim compreendido pelo autor pela identificação de possíveis fatores que ocasionam o fenômeno através de hipóteses.

Dessa maneira é que se procurou cumprir com os objetivos dessa pesquisa, traçando um caminho permeado por métodos e técnicas que trouxeram as informações e dados contidos e interpretados no próximo tópico. Acredita-se que foram cumpridos e verificados.

3.2 Os serviços da Proteção Social Básica: um olhar lúdico nas atividades do CRAS Santo Antônio

Inicialmente, a pesquisa foi idealizada no decorrer do período de estágio supervisionado I e II do Curso de Serviço Social da Faculdade Leão Sampaio, que tem por finalidade proporcionar aos acadêmicos a efetivação prática de conhecimentos teóricos, processo este de fundamental importância à formação profissional, e que instigou a esta problemática.

O lócus do estágio foi o Centro de Referência de Assistência Social – Santo Antônio, na cidade de Barbalha-CE, uma unidade pública, municipal, de assistência social - componente da Proteção Social Básica, prevista na Lei Orgânica da Assistência Social - fundada no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias, que atua na manutenção, e na prevenção da quebra dos vínculos familiares aos que se encontram em maior possibilidade de risco e vulnerabilidade social.

Os Centros de Referências têm seus serviços socioassistenciais tipificados pela resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 e os apresenta em seu Art. 1º:

- I - Serviços de Proteção Social Básica:
 - a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família;
 - b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
 - c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio par pessoas com deficiência e idosas. (RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009, p.3)

O CRAS desenvolve com eficácia todos os serviços propostos, no entanto o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009) apresenta-nos o PAIF como principal serviço ofertado pelo CRAS. Este consiste em ações de caráter continuado visando o fortalecimento da função protetiva das famílias, prevenindo o rompimento de vínculos e

propiciando o conhecimento e acesso de direitos contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

A instituição do CRAS Santo Antônio oferece as ações de recepção, acolhimento e acompanhamento das famílias; encaminhamento e contra encaminhamento à rede de proteção básica/ especial e demais políticas públicas dentro da principal proposta que é o Serviço de Atenção Integral às Famílias. Desenvolve ainda grupos de convivência e fortalecimento de vínculos (crianças, adolescentes e idosos) visando a proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; reflexões socioeducativas; inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; palestras e oficinas; atendimento psicossocial; entrevistas e visitas domiciliares; encaminhamento e inclusão em programas de transferência de renda entre outros. Enfim, promove o acompanhamento socioassistencial das famílias e contribui para o processo de autonomia e emancipação social das mesmas, estimulando assim seu protagonismo.

Em resumo, os serviços de proteção básica desenvolvidas no CRAS estão relacionadas às seguranças no âmbito econômico e de autonomia pessoal, ao direito de convívio familiar e comunitário e de sobrevivência aos riscos emergentes. As ações promovidas pelo Centro de Referência da Assistência Social atingem de forma direta e/ou indireta a família e público alvo do estudo em questão, sendo o primeiro contato dos usuários com a rede assistencial.

Por meio de imagens se fará uma análise lúdica das atividades realizadas pelo referido CRAS, as fotos foram realizadas durante a vivência do estágio nas ações realizadas pela equipe multidisciplinar.

IMAGEM 01



FONTE: PRIMÁRIA

A foto em questão registra o dia de ações de combate ao abuso sexual realizada no período do carnaval, uma ação de conscientização que ocorreu através de blitz educativa para a comunidade e distribuição de panfletos sobre o tema. O objetivo das blitzes educativas é de conscientizar a população sobre a questão do assédio sexual, o que o configura, os meios de denúncia e a importância de ter resguardados os direitos da criança e do adolescente. Considera-se esse tipo de atividade é de grande valia no que se refere a população de uma forma geral, mas que não surte bons efeitos para a própria criança e adolescente, pois não é uma ação voltada para eles, sim para a comunidade, mas que indiretamente garante direitos resguardados a elas.

A proteção integral reconhece que todas as crianças e adolescentes são detentores de todos os direitos que têm os adultos e que sejam aplicáveis à sua idade, além dos direitos especiais que decorrem, precisamente, da especial condição de pessoas em desenvolvimento. (LIBERATI 1997, p. 34).

Sendo assim, acredita-se que essas ações deveriam voltar-se diretamente para o público infanto-juvenil, os conscientizando sobre a existência do assédio, suas maneiras de ocorrer e as formas de denúncia e proteção destinados a eles. Dessa maneira seria mais prático evitar esse tipo de situação, pois a própria criança/adolescente poderiam identificar o crime e acionar os adultos e conseqüentemente os meios de denúncia. É preciso falar sobre sexualidade com esse

público, pois é um meio de garantir sua proteção integral, tarefa primordial da Assistência Social.

A foto a seguir marca o dia do folclore, trabalhado com as crianças do CRAS em questão, no momento houve contações de história e culminância sobre as histórias folclóricas. Porém acredita-se que essas atividades, apesar de contribuírem para a convivência social e com a imaginação infantil, não deveriam ser tidas como prioridade, pois esse é o tipo de conhecimento que deve ser passado na escola convencional, não nas atividades do SCFV.

IMAGEM 02



FONTE: PRIMÁRIA

Como indica o próprio Conselho Nacional de Assistência social, atividades devem fornecer meios para o conhecimento, para a proteção, prevenção e o usuário deve:

Ser acolhido em condições de dignidade em ambiente favorecedor da expressão e do diálogo; ser estimulado a expressar necessidades e interesses; ter reparados ou minimizados os danos por vivências de violações e riscos sociais; ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas; ser orientado e ter garantida efetividade

nos encaminhamentos (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 20-21).

É por meio dessas indicações que se confirma a fragilidade dos serviços prestados no CRAS, com relação a infância e juventude. O ponto crucial, particularmente falando, deveria ser o ambiente favorecedor da criança e do adolescente que daria meios para que o mesmo se expresse e dialogue, principalmente sobre questões que marcam suas vidas em sociedade, fazendo assim uma ponte para o debate sobre direitos e deveres, gerando um conhecimento sobre esse tema.

IMAGEM 03



FONTE: PRIMÁRIA

A imagens anterior também é registro de uma atividade lúdica, realizada no dia das crianças do CRAS Santo Antônio. Percebe-se que a grande maioria das atividades realizadas no equipamento são desse tipo, ou seja, são contações de histórias, teatros, músicas, visando comemorar ou celebrar alguma data referente ao mundo infantil. Sabe-se que a ludicidade em muito contribui para o desenvolvimento infantil, pois desperta sonhos, criatividade, desenvolve potencialidades, mas que somente atividades lúdicas, em sua maioria não tem caráter educativo e muito menos informações sobre direitos.

[...] a maioria dos adolescentes vivencia uma realidade marcada pela desigualdade social. As circunstâncias de vida desses sujeitos sociais configuram-se como a expressão das múltiplas manifestações de exclusão/inclusão. Exclusão principalmente dos espaços de cidadania, onde deveriam prevalecer os direitos sociais, como educação, cultura e lazer, e inclusão num sistema e privação de direitos, de

criminalização, de violência, de privação de liberdade, por vezes sem as garantias educativas e sem o devido acompanhamento para a inserção social (SARTÓRIO; ROSA, 2010, p. 559)

É preciso que o profissional volte seu foco para desvelar essas expressões que o adolescente, e também a criança, traz como problemas para dentro do SCFV, dando a ele compressão de como isso pode ser superado, resolvido, de como ele pode ser protegido ou até mesmo de proteger. O objetivo é a formação crítica, a educação, a abertura de visão com relação a vida, isso é o que essa população merece e deve encontrar no serviço.

IMAGEM 04



FONTE: PRIMÁRIA

Esse é um dos poucos registros de atividades verdadeiramente socioeducativas praticadas no SCFV, momento onde se conscientizou crianças e adolescentes sobre seus direitos através de uma pequena palestra expositiva, seguida por uma roda de conversa, e para a fixação

se utilizou da elaboração de cartazes, feitos pelas próprias crianças, contendo temas como saúde, educação, moradia, brincar e lazer.

Uma roda de conversa é uma forma de se trabalhar incentivando a participação e a reflexão. Para tal, buscamos construir condições para um diálogo entre os participantes através de uma postura de escuta e circulação da palavra, bem como com o uso de técnicas de dinamização de grupo. É um tipo de metodologia participativa que pode ser utilizada em diversos contextos para promover uma cultura de reflexão sobre os direitos humanos. (AFONSO E ABADE 2008. p. 19).

Esse tipo de atividade é que se deseja para a construção de novos atores sociais, para o enfrentamento de problemas sociais e situações de violação dos direitos. Com as crianças conscientes de seus direitos, torna-se mais fácil a denúncia de crimes, o empoderamento, e a superação de traumas causados por direitos já violados, porém, para isso ainda existem diversos desafios.

Os desafios para a socioeducação no SCFV serão mencionados no tópico seguinte, mas houveram ainda os desafios e percalços encontrados para a realização deste estudo. Apesar de se apresentar como a porta de entrada para Proteção Básica, os CRAS enfrentam dificuldades em sua realidade, que influenciam diretamente no processo de vivência do Estágio e no processo de pesquisar. A realidade desse espaço influencia nesse processo ao passo de que influencias políticas acabam por adentrar na instituição, fazendo com que os profissionais e demais funcionários tenham falar sobre o cotidiano do equipamento, o que compromete em partes a idoneidade da pesquisa.

Nesse sentido, um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Perante a dada realidade devemos ser profissionais críticos e propositivos para possamos ser capazes de desvelar a realidade social. (IAMAMOTO, 1992).

Outro desafio se constitui na pandemia que o mundo vivencia, ameaçados pelo Corona Vírus, as ações foram totalmente redirecionadas, o isolamento social impede que esse estudo seja aplicado de forma presencial, para que se aplique entrevista e conte com a interpretação das falas, sendo possível apenas a aplicação de um questionário, enviado digitalmente para os profissionais.

Porém, as dificuldades e percalços são parte do cotidiano dos pesquisadores no país, o que instiga ainda mais a vontade de aprofundar os estudos, buscando soluções para os mesmos,

trazendo informações para a população e alternativas de trabalho para os profissionais, através do conhecimento dos fenômenos sociais que se apresentam.

3.3 Análise dos dados: um vislumbre da pesquisa por meio de interpretações profissionais

O tópico que aqui se segue, trata da apresentação, descrição, interpretação e análise dos dados coletados. Onde através do método dialético busca-se compreender a ligação entre as falhas nas ações socioeducativas do SCFV e o conhecimento dos profissionais acerca delas. O estudo realizado tem alguns dos seus dados - os mais relevantes a pesquisa-, tais como identificação pessoal, perfil profissional e questões acerca do SCFV e o seu caráter educativo.

O questionário foi proposto para os dez profissionais do equipamento, porém somente seis se disponibilizaram a responde-lo, a identidade dos mesmos foi preservada, visando sua liberdade ao responder as perguntas. Dessa forma serão identificados por profissionais, denominados P1, P2, P3, P4, P5 e P6, e a interpretação dos dados se baseará nas transcrições das falas dos próprios profissionais ao responderem as questões.

A primeira questão diz respeito ao gênero dos profissionais, uma vez que se considera os ambientes de trabalho, ainda, muito patriarcais e acredita-se que esse pode ser um fator que influencia no ambiente e nas condições de trabalho, até mesmo na parte salarial e de funções. Segundo Carloto (2001), a divisão sexual do trabalho é uma constante na história das mulheres e homens. E as explicações para isso frequentemente se justificam no discurso, naturalizado socialmente, do lado biológico que tende a colocar a mulher no papel de reprodutora e cuidadora da família, gerando um preconceito e piores condições de trabalho quando relacionadas as dos homens, seja na divisão de tarefas ou na desigualdade salarial.

No Serviço Social ocorre justamente ao contrário, a maioria dos profissionais é mulher, isso vem arraigado a história da profissão, e confirma-se pelos dados obtidos na tabela a seguir.

TABELA 01 – DADOS GERAIS

FAIXA ETÁRIA (ANOS)	20-28	29-35	35-40
	2	2	2
ESTADO CIVIL			
SOLTEIRO	3		
CASADO	2		
UNIÃO ESTÁVEL	1		
GÊNERO			

MASCULINO	2
FEMININO	4
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	
SUPERIOR	1
SUPERIOR COM ESPECIALIZAÇÃO	5

FONTE: PRIMÁRIA (2020)

Como esperado, o trabalho é predominantemente feminino, visto que desde as protoformas do Social a profissão foi designada as mulheres, as damas de caridade. Esse preconceito e predominância perduram até os dias atuais, pois ainda se tem a ideia errônea de que o Serviço Social é uma evolução da ajuda, da caridade e da benesse, tendo que ser desenvolvido por mulheres.

A equipe do CRAS Santo Antônio é uma equipe considerada jovem, pois seus membros têm idades que variam entre 20 e 40 anos. Tem-se como um ponto positivo, pois todos fazem parte de gerações mais atuais, o que facilita a compreensão dos problemas sociais e favorecem a inexistência de alguns preconceitos arraigados a tempos passados. Também é positivo no que diz respeito as ações que desenvolvem, pois tendem a ser mais abertas e mais críticas, o que é típico das novas gerações.

Não considera-se o estado civil seja um dado relevante para esse tipo de pesquisa, mas é importante para que se possa montar um perfil dos profissionais que atuam nesse esse espaço, por isso foi mencionado. Dessa forma, a metade dos profissionais é solteiro e a outra metade tem algum tipo de relacionamento, seja ele casamento ou união estável.

Os dados referentes ao nível de escolaridade dos profissionais da instituição foram descartado da tabela pelo fato de que todos eles possuem nível superior de ensino, o que é um ponto muito positivo, pois pressupões que sejam capacitados para suas funções e tenham boa carga de conhecimento. A formação profissional é de grande valia para o êxito de programas e projetos, pois contribui para ações mais voltadas ao científico e menos ao senso comum e vem sendo incentivada desde o século passado.

Nos últimos anos do século XX, tornou-se forte, nos mais variados setores profissionais e nos setores universitários, especialmente em países desenvolvidos, a questão da imperiosidade de formação continuada como um requisito para o trabalho, a ideia da atualização constante, em função das mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias e das mudanças no mundo do trabalho. Ou seja, a educação continuada foi colocada como aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais [...] (GATTI, 2008, p.58)

As informações sobre formação adicional, a nível de especialização, são complementares aos dados sobre a idade dos profissionais e a formação, pois por serem jovens, pertencentes a gerações atuais, somente um dos profissionais não possui especialização em seu nível superior de ensino.

A pós-graduação é uma outra conquista para a pesquisa e a ciência do país, uma vez que contribui para a continuidade da formação, especificando áreas de atuação, o que ajuda ainda mais no desenvolvimento do trabalho com eficiência e eficácia, no caso do Serviço Social, na resolutividade dos problemas socialmente impostos a prática profissional.

O entendimento ampliado da educação permanente, é possível aprofundar este debate, imprimir mais avanços e consolidar uma política que valorize a qualificação profissional como um bem político, ético, técnico-operativo e um direito das/os assistentes sociais, para orientar e balizar as ações do Serviço Social na direção do projeto ético-político. (CFESS-CRESS, 2012, p. 10)

Nesta perspectiva, a formação inicial se abastece e se transforma com o diálogo necessários com as organizações, os movimentos e com os sujeitos que estão construindo seus projetos profissionais, transformando-se vão produzindo profissionais qualitativamente diferentes, cada vez mais próximos e sintonizados com seu mundo e tempo histórico, para além das lacunas da formação inicial (MAIA; BARBIANI, 2003).

Os dados acima mencionados remetem ao perfil profissional do CRAS Santo Antônio: pessoas jovens, com nível de escolaridade superior e ainda especialistas, onde dois dos seis profissionais se declarou especialista em educação, ponto central desse estudo. Os dados que seguiram são uma interpretação das falas dos profissionais quando questionados sobre o SCFV e seu caráter educativo.

Após esse momento de perguntas objetivas e fechadas, optou-se partir para perguntas de cunho mais subjetivo, visando compreender a visão dos profissionais sobre os serviços prestados do referido CRAS, mais especificamente as atividades desenvolvidas no SCFV. Com reação as perguntas objetivas, todos os profissionais tiveram respostas rápidas e espontâneas, já nas perguntas subjetivas os mesmos apresentaram uma certa resistência a responder, bem como respostas curtas e sem riqueza de detalhes.

Acredita-se que essa atitude deva estar relacionada com os vínculos trabalhistas dos profissionais, uma vez que a grande maioria tem cargos comissionados ou trabalham sob regime de contratos, o que fragiliza o vínculo e ameaça a segurança do trabalhador, até mesmo o restringe de discorrer sobre seu trabalho. A ânsia com relação a fazer críticas ao serviço foi percebida durante a aplicação dos questionários semiestruturados.

A NOB-RH/SUAS determina que toda a equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos. A baixa rotatividade é fundamental para que se garanta a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertados no CRAS, bem como para potencializar o processo de formação permanente dos profissionais. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA O CRAS, 2009, p. 61)

A primeira indagação foi feita da seguinte maneira: Qual a sua função no CRAS Santo Antônio em Barbalha/CE? As respostas foram que dois dos profissionais são educadores social, uma é psicóloga, outro é estagiário de serviço social, e duas desempenham a função de assistente social. A questão não era bem sobre o cargo que ocupava na instituição, mas sim sobre a sua função, o que fazia dentro daquele espaço, porém todos os profissionais responderam sobre seus cargos.

Segundo as Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (2009) a equipe de referência é constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF. Sua composição é regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS e depende do número de famílias referenciadas ao CRAS.

No caso do CRAS em questão, ele tem cerca de 3.500 famílias e por essa razão tem uma capacidade anual de atender 750 delas, devendo ter sua equipe composta por três técnicos de nível médio e três técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo. Essa é justamente a configuração do CRAS Santo Antônio, estando de acordo com as orientações e com a NOB-RH/SUAS.

A pergunta seguinte dizia respeito ao entendimento que os profissionais têm sobre o SCFV, o que seria o serviço para eles. Duas das respostas condizem com os conceitos gerais já mencionados aqui, de que é um serviço realizado por grupos, visando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Porém, as outras respostas são preocupantes, pois trazem conceitos bem retrógrados para o serviço social. Seguem as falas de P3 e P4. P3 respondeu: *“É um sistema que busca promover ajuda”*, já P4 afirma que: *“É um serviço que ajuda a interagir comunidade e gestão”*

Essa interpretação é considerada como prejudicial aos serviços prestados, uma vez que não os tem como direitos, mas sim como uma extensão da caridade, benesse, um tipo de filantropia, o que não pode ser confundido com assistência social, que é um direito, garantido a quem dela necessitar. Não se pode ver os serviços como um favor prestado a população, eles são garantias, consolidadas por meio de muitas lutas sociais que não podem ser desconsideradas.

Lájus (2009) aponta que historicamente, a sociedade brasileira percebeu a assistência social como um dever moral, relacionado ao merecimento de cada sujeito, de forma a individualizá-la. Essa concepção estava distante do conceito de política social, por não compreendê-la como direito. A consequência disso foi o desenvolvimento de políticas sociais com caráter compensatório, residual e emergencial, distantes de medidas universais, capazes de provocar mudanças significativas na vida dos usuários que contribuíssem para a ampliação da cidadania.

Na atualidade, muito disso já foi superado, mas algumas pessoas ainda têm essa visão equivocada e retrograda sobre a política. No meio profissional não se admite essas interpretações, uma vez que deve-se conhecer a política e oferecê-la com qualidade, e principalmente, como direito. Dessa forma essa é uma visão prejudicial para o serviço, o que pode afetar no desenvolvimento de ações críticas e educacionais.

O outro questionamento se refere ao conhecimento dos objetivos do SCFV, onde todos os profissionais afirmaram conhece-los e citam o fortalecimento de vínculos como o objetivo primordial do serviço. Porém, nenhum dos profissionais fala em socioeducação, informação, ou conhecimento, apesar de saberem que a pesquisa tem a criança e o adolescente como tema central e de que a tipificação do serviço ressalta essas questões.

Segundo o MSD (2020):

O serviço tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários.

Em seguida os profissionais foram questionados da seguinte forma: o que seria o caráter educativo das ações ofertadas pelo SCFV? As respostas de P1 e P2 foram:

P1: *“Ações realizadas com os usuários, seja nas palestras com orientações sobre higiene pessoal, comportamento, etc. São as ações educativas do serviço.”*

P2: *“ Seriam atividades voltadas para o aprendizado de determinada área, por exemplo, artes, esportes, danças, músicas, dentre outras. ”*

Mais uma vez nenhum dos profissionais mencionou conceitos como educação, conscientização, participação social, atores sociais, conceitos que deveriam ser uma constante no SCFV, principalmente destinado a crianças e adolescentes. Uma vez que estão em processo formativo e de desenvolvimento, essa fase é de suma importância para a troca de conhecimentos entre profissional e público alvo, devendo ser um espaço privilegiado para a conscientização e

a participação social, o que não ocorre de acordo com a vivência e a fala dos próprios profissionais.

Visto isso, é preciso compreender o SCFV como uma intervenção social planejada, devendo efetivar - se através de “grupos, com vistas a estimular e orientar os usuários na construção, reconstrução de suas histórias, vivências individuais e coletivas, na família e no território” (BRASIL, 2015, p. 16). Para isso, acredita-se que seja necessário ter ações educativas, até mesmo como as palestras citada, no sentido de mostrar a esse público seu lugar de sujeito de direitos e protagonista social e de suas próprias histórias, dando oportunidades para o desenvolvimento crítico de suas mentes, que o proporcionaria uma nova visão de mundo.

A pergunta de número nove foi sobre o impacto que essas ações socioeducativas causam na vida de crianças e adolescentes e suas famílias. As respostas pontuaram, mais uma vez, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e algumas o conhecimento, como a do P6 que afirmou:

P6: “ As ações impactam de maneira positiva, pois fortalecem os vínculos comunitários e familiares, sem contar nos conhecimentos que essas crianças levam do CRAS para suas vidas pessoais. É um jeito de inserir eles na comunidade. ”

P3: “Faz bem, pois ajuda a fazer amizades e a sair da rua, podendo estar num espaço onde vão aprender, por isso é bom para eles”

Mas o questionamento que fica é: quais as ações que estão sendo desenvolvidas nesse espaço para que o conhecimento seja inserido na vida dessas crianças? Quais os conceitos que estão sendo aplicados para a mudança da realidade delas? Pois além da inclusão e convivência comunitária não se enxergam ações que desenvolvam algum tipo de conhecimento, a maioria delas ocorre de forma lúdica, que incentiva a criatividade e a habilidade de ter sonhos, mas nada crítico, nada além disso.

Se a informação e a criticidades fossem bases para o trabalho social, o SCFV, apresentaria um caráter preventivo e proativo, baseado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, devendo garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, como também incentivar o progresso dos usuários (BRASIL, 2017).

A indagação de número dez questionava aos profissionais se as ações feitas pelo SCFV para crianças e adolescentes, eram eficazes, mais especificamente as ações de cunho educativo. Todos eles responderam que a ação era eficaz por meio de um “sim”, sem mais explicações

sobre o assunto, mesmo quando responderam de maneira satisfatória quando questionados sobre o que seria o caráter educativo das ações por eles prestadas.

A pergunta de número onze, se referia a função que exercia dentro da equipe do CRAS Santo Antônio e se a sua função possuía algum caráter educativo para as crianças e adolescentes frequentadores do serviço. Mais uma vez, a maioria dos profissionais respondeu com um “sim” somente, com exceção do P2, que afirmou:

P2: *“Acredito, pois a psicologia faz a intermediação dos grupos, bem como o planejamento das ações, articulando de forma positiva essas ações.”*

P6: *“Sim, o serviço social é uma profissão educativa, pois por meio de informações geram conhecimento”*

Com essa resposta percebe-se a importância da intersetorialidade das ações realizadas, a psicologia contribuindo de forma significativa no trabalho dos educadores sociais e dos assistentes sociais, que são os profissionais presentes nesse estudo. Porém sabe-se que esse trabalho é um grande desafio proposto aos profissionais, uma vez que as opiniões devem ser respeitadas dentro de cada espaço profissional e unificadas através do planejamento das ações desenvolvidas.

Partindo dessas ponderações, apontamos que a SCFV, traz grandes conquistas para disseminar conhecimentos acerca dos direitos da criança e adolescentes e de outros protagonistas que fazem parte do cenário do serviço. Porém, são serviços que apresentam certas dificuldades em trabalhar a intersetorialidade das ações (BRASIL, 2010).

Após essa questão foram incentivados a citar ações ou programas de cunho educativo realizadas no CRAS e no SCFV. Um dos profissionais, assistente social, não quis responder a pergunta e os demais responderam com ações pontuais, sendo a mais comum delas as palestras sobre temas da atualidade. É preciso ressaltar aqui, que palestras são sim, atividades educativas, pois trazem informações sobre a vida em sociedade e questões pertinentes ao desenvolvimento da criança e do adolescente.

As dificuldades enfrentadas para que as atividades sejam eficazes também foram mencionadas no questionário, dos seis profissionais, três responderam que não, um não quis responder e dois disseram que sim. A fala da P2 e P5 sobre as dificuldades foram:

P2: *“Algumas vezes existe, nos setores sociais há dificuldades, como a evasão dos usuários do serviço, onde precisa ser feita a busca ativa e chamar atenção para atrair a comunidade de forma eficaz”.*

P5: *“Sim, mas as dificuldades não são só profissionais, a família é um obstáculo, pois precisa estar no processo”*

Acredita-se que as falas foram pensadas de forma superficial, pois como vários autores mencionam, são inúmeros os desafios encontrados para se desenvolver atividades e prestar serviços de qualidade nos espaços públicos, sejam eles por cortes de gastos, falta de capacitação e recursos, infraestrutura, enfraquecimento dos vínculos trabalhistas, enfim, muitos desafios para se mencionar. Iamamoto menciona o desafio do assistente social frente suas demandas: ser um profissional crítico e propositivo.

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Perante a dada realidade devemos ser profissionais críticos e propositivos para possamos ser capazes de desvelar a realidade social. (IAMAMOTO, 1992).

Os desafios, principalmente na atual situação política do país, tendo um governo neoliberal e em meio a uma pandemia, praticamente dobram, visando que a população passa por situações de extrema pobreza pela falta de emprego e que o isolamento social agrava as questões familiares, desencadeando muitos tipos de agressão. Dessa maneira, não se corrobora com o discurso de que não haja desafios.

A penúltima indagação do questionário pergunta: o que impede o profissional de ser um agente educador? Um dos profissionais respondeu que nada impede, outros dois não responderam, e aqui destaca-se a fala de P2, menciona-se, ainda, P1 numa fala ainda pautada no caráter assistencialista:

P1: *“Falta de desejo de ajudar os usuários e não gostar do trabalho com o público. Gostar do que faz é fundamental”*

P2: *“O que impede são fatores externos, financeiros e dificuldades de valorização da classe”.*

As dificuldades mencionadas acima aparecem, nesse momento, como impedimento para que os profissionais sejam agentes educadores. Nesse ponto se concorda com o profissional de número 2, pois essas questões influenciam no trabalho e nas ações impedindo que a educação de faça presente no ambiente. Não é possível educar, trabalhar, ser eficiente e eficaz quando se tem péssimos salários, desvalorização de classes e péssimas condições de infraestrutura.

E a última pergunta, instigou sobre o SCFV ser um ambiente educativo, se o mesmo era e o porquê de ser. Mais uma vez, dois profissionais se abstiveram da resposta, e os outros afirmaram que sim, acrescentando as justificativas:

P1: *“Sim, porque promove a inclusão e a transformação de maneira positiva o comportamento de cada um, além de fortalecer laços de amizade entre todos”*

P2: *“Sim, pois possibilita para que os usuários tenham aprendizados, discursos nas mais variadas áreas, bem como auxilia no processo de socialização e fortalecimento das famílias”*

P5: *“Sim, porque traz para o serviço as realidades das famílias e busca ajuda-las”*

A maioria dos profissionais questionados acredita no caráter educador do SCFV, o grande problema é que as ações ofertadas pelo serviço, inclusive, planejadas por esses profissionais vão de encontro a esse critério, pois apresentam em sua grande maioria um caráter lúdico, que apesar de ter importância no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, não pode substituir a educação que deve ser oferecida através de ações participativas e críticas.

Com essas interpretações e respostas se encerrou o questionário semiestruturado, composto por 15 indagações. Percebendo a fragilidade das ações e do caráter educativo das mesmas dentro do SCFV. Segundo Iamamoto (2000, p 113), esse é um grande desafio para os assistentes sociais:

O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado.

Mediante essa afirmação da autora, no desenho do perfil do profissional de Serviço Social, como coparticipante do processo de transformação, deverá contribuir, por meio de uma práxis educativa e transformadora, para a construção de sujeitos históricos respeitados e valorizados como seres humanos livres capazes de pensar, agir, decidir, optar e, nessa perspectiva dialética, transformar a realidade e por ela ser transformado.

Faz-se necessário voltar olhares para a questão do compromisso com o aprimoramento constante do conhecimento, com a transformação social, com ações de cunho crítico que não mencionem a assistência social como uma evolução ou extensão da caridade e das damas de caridade, conceitos presentes na gênese da profissão e que devem ser constantemente

superados. O SCFV é um ambiente privilegiado, que quando frequentado por crianças e adolescentes deve ser libertador, trazendo a eles conhecimentos de mundo, de sociedade e de direitos, formando seres dotados de saber crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo não foi de considerar o caráter educativo do SCFV e a atuação de seus profissionais como uma linha de pesquisa preenchida e encerrada, mas sim de despertar olhares de outros muitos pesquisadores para que se possa cada vez mais compreender os dilemas que assolam esse espaço e propor medidas para sua solução. O que se desejou aqui foi apenas fincar um ponto de partida para novas interpretações, novos olhares e novas reflexões.

Diante do exposto nesse ensaio, pode-se constatar que a Política de Assistência Social, apesar de ter um longo caminho para se consolidar, e os profissionais, apesar de longos anos para encontrar suas matrizes teóricas e os rumos de sua atuação profissional, ainda carregam resquícios de suas protorformas. Como é sabido, o Serviço Social teve sua origem permeada por conceitos como “ajuda” e “caridade”, sendo considerado por muitos como uma evolução desses conceitos, e os dias atuais provam que ainda existem ações que carregam em si o cunho do assistencialismo, a fragilidade, a focalização e a ausência de criticidade.

É preciso reafirmar que essa regressão dá-se pelo desconhecimento das pessoas sobre a política, sobre direitos e sua compreensão do que se é, de fato a Assistência Social, porém quando essa interpretação errônea parte do próprio profissional, como visto em falas dos mesmos, é preciso que se volte atenções para o Código de Ética profissional e o Projeto Ético-Político da profissão, que são norteadores da ação profissional. É preciso que os profissionais se agarrem aos objetivos de sua atuação, sendo o maior de todos a transformação social e logo depois a qualidade dos serviços prestados.

Ainda se afirma que a ausência do caráter socioeducativo nas ações do SCFV não é apenas de responsabilidade profissional ou da equipe interdisciplinar. Esse é um ponto mencionado na própria política e nas Orientações Técnicas destinadas ao serviço, sendo de responsabilidade do Estado e também da sociedade. A colocação do Estado em seu lugar de responsabilidade é de suma importância, uma vez que as ações governamentais acabam por interferir na qualidade dos serviços prestados, visto que os governos neoliberais voltam suas prioridades para a economia, considerando o social como secundário, o resultado disso são ações focalizadas e ineficientes, praticadas por profissionais sulbaternizados e desvalorizados.

No que se refere a questão da socioeducação para as crianças e adolescentes é preciso vê-la como necessária e imprescindível. Se nos ambientes propícios a educação, como o SCFV, fossem difundidas informações acerca de direitos e suas violações seria possível prevenir os mais diversos tipos de violência a esses públicos, pois eles mesmos identificariam o abuso, a

violação ou a ameaça e seriam capazes de procurar proteção e até mesmo denunciar. É uma necessidade educar a geração futura sobre muitos temas, mas acredita-se que os direitos dessa geração enquanto seres em desenvolvimento são de grande valia para sua formação e principalmente para sua proteção social integral.

A visão do SCFV de um lugar para socializar e construir laços deve ser fortalecida e novamente interpretada como um espaço privilegiado de trocas de experiência, saberes, informações e conhecimentos. Assim como no ambiente escolar, é possível educar no SCFV, apesar de serem formas de saberes totalmente distintos, no serviço educa-se para gerar atores sociais, protagonistas dos direitos sociais, fundamentais, humanos e quaisquer outros que hajam e para levantar reivindicadores, lutadores, e caçadores de mais direitos, se é que ainda hajam outros muitos.

Considera-se, ainda, a pesquisa como válida e importante para o meio acadêmico e para a sociedade de uma maneira geral, principalmente para o público prioritário aqui mencionado. O estudo para a comunidade acadêmica funciona para um despertar de novas interpretações e para o chamamento de novos estudos que visem sanar a questão aqui levantada, já para a comunidade em geral, tem o efeito de fortalecer a proteção social dos indivíduos e garantir seu direito a informação e o acesso aos serviços de qualidade.

Dessa forma, deseja-se despertar um legado de luta por uma educação de qualidade e emancipadora, mesmo que fora do ambiente escolar, capaz de fazer do processo conviver e fortalecer vínculos um meio para seu reconhecimento enquanto sujeito social, mostrando o poder que tem e provando que nenhum sistema aprisiona uma mente, o conhecimento é acima de tudo, libertador.

Emancipar os sujeitos parece utópico quando se está inserido em um sistema firmado que não demonstra um rompimento próximo, ou até mesmo ameaçado, porém não pode parecer algo inatingível. Outros sistemas também pareciam indestrutíveis e chegaram ao fim, a educação é uma mola propulsora, que pode até não derrubar o sistema capitalista, mas que pode transformar a sociedade, abalar suas estruturas e a reconstruir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Afonso, Maria Lúcia M. & Abade, Flávia. **Para reinventar as Rodas** / Lúcia Afonso & Flávia Lemos Abade. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão** — o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARKER, G.; RIZZINI, I. **Repensando o desenvolvimento infantil e juvenil no contexto de pobreza urbana no Brasil**. O Social em Questão, Rio de Janeiro, PUC-RJ, Departamento de Serviço Social, n. 7, p. 21, 2000

BATINNI, Odária. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora. 2007

BORGES, Karla Cardoso. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS):** Limites e Possibilidades- Experiência do município de Criciúma. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto-Alegre, 2014.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2 ed. Atual e ampl. Brasília: INB, 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, novembro de 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos** – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 16 de julho de 1990.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 05 de outubro de 1988.

_____. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina.** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores.** Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH – Política Social, 2.)

CFESS. **Perfil profissional do assistente social no Brasil.** Maio, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009.** Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

COSTA, Marli Marlene Moraes; TERRA, Rosane Mariano da Rocha Barcelos. **A dignificação humana enquanto princípio basilar do Estado Democrático de Direito:** concretização e fundamentação em contraponto à pobreza, exclusão social e à delinquência juvenil. In: PES, João Hélio Ferreira (Coord.). **Direitos Humanos: criança e adolescente.** Curitiba: Juruá, p. 259-279, 2010.

CFESS-CRESS. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS.** Gestão Tempo de Luta e Resistência - 2011-2014, 2012, 39p

GATTI, Bernadete A. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, abr. 2008, p.57-70.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2007.

GIL, Antônio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. – 5.ed. – 8. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social:** uma questão de políticas públicas. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 10, n. 02, p. 357-363, 2005.

GONDIM, Fernanda Braga. **A atuação do (a) assistente social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoa idosa no CRAS**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Cearense. Centro de Ensino Superior do Ceará. Fortaleza, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea**. IN: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais, 2009

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Descentralização e intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal**. II Congresso Interamericano dei Clad II sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, realizado de 15 a 18 de outubro de 1997, em Isla Marguerita, Venezuela.

LAJÚS, Maria Luiza de Souza. **A Política Pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Cadernos do CEOM (UNOESC), v. 22, n. 30, p. 165-178, 2009.

LOBO, Thereza.(1990) **Descentralização: conceitos, princípios, prática governamental**. SP, Caderno de pesquisa. n (1989).

MAIA, Marilene, BARBIANI, Rosangela. **A formação continuada em Serviço Social: uma experiência em construção**. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 2, ano II, dez. 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MDS. **Norma Operacional Básica**. NOB/SUAS. Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Resolução nº 130 de 2005.

MDS. **Resolução nº 145**. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). 2005.

MINAYO, M. C. de S.; MINNAYO, C. G. **Difíceis e possíveis relações entre os métodos quantitativos e qualitativos nos estudos dos problemas de saúde**. Rio de Janeiro: Ensp, 2001

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social**: ensaios sobre estado, política e sociedade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NEGRI, Fabiana Luiza; LAJUS, Maria Luiza de Souza; NECKEL, Vanessa. **O exercício profissional do assistente social no SUAS**: avanços e desafios, 2012.

NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e serviço social. 5º. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2006. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, 2011, p. 18.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PENTEADO, Jacob. Belênzinho, 1910. **Retrato de uma época**. 2ª ed. São Paulo-SP: Carrenho Editorial/Narrativa Um, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: BOSCHETTI, Ivanete [et.al] (orgs). Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2007.

SARTÓRIO, Alexandra Tomazelli; ROSA, Edinete Maria. **Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei**. Serv. Soc. Soc. no.103 São Paulo July/Sept. 2010

SPOSATI, **Proteção Social na América Latina em Contexto da Globalização**. Brasil: Permalink, 2017

SPOSATI, Aldaíza et al.. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 9º. ed.. São Paulo: Cortez, 2012.

XAVIER, Helen Cristina Osório; SILVA, Jaqueline Ribeiro; RAMOS, Vanessa Martins; GONÇALVES, Vera Lucia Canhoto. SUAS: **Desafios para a sua efetivação**. ETIC: Encontro de Iniciação Científica, v. 3, n. 3, p. 01 -21, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PESQUISA:
A VISÃO DOS PROFISSIONAIS ACERCA DO CARÁTER SOCIO EDUCATIVO
NAS AÇÕES DO SCFV
QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO:

1. **IDADE:** _____ **GÊNERO:** () FEMININO () MASCULINO
2. **ESTADO CIVIL:**
() SOLTEIRO () CASADO () UNIÃO ESTÁVEL () DIVORCIADO () VIÚVO
3. **ESCOLARIDADE:**
() FUND. INCOMPLETO () FUND. COMPLETO
() MÉDIO COMPLETO () MÉDIO INCOMPLETO () SUPERIOR
4. **ESPECIALIDADE**
() SIM () NÃO QUAL? _____
5. QUE FUNÇÃO EXERCE NO CRAS SANTO ANTONIO?
6. O QUE ENTENDE PELO SCFV?
7. CONHECE OS OBJETIVOS DESSE SERVIÇO?
8. O QUE SERIA O CARÁTER EDUCATIVO DAS AÇÕES DO SCFV?
9. O QUE ACHA QUE ESSAS AÇÕES IMPACTAM NA VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS?
10. ACREDITA QUE ESSAS AÇÕES SÃO EFICAZES?
11. ACREDITA QUE SUA FUNÇÃO TEM CARATER EDUCATIVO?

12. CITE AÇÕES EDUCATIVAS FEITAS JUNTO AO PÚBLICO INFANTO-JUVENIL:
13. EXISTEM OBSTÁCULOS PARA QUE AS AÇÕES SEJAM EFICAZES? QUAIS?
14. O QUE IMPEDE O PROFISSIONAL DE SER UM AGENTE EDUCADOR?
15. O SCFV É UM ESPAÇO SOCIOEDUCADOR? PORQUE?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSCIENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Esta pesquisa intitulada Uma análise crítica sobre o caráter social e educativo das ações do SCFV para crianças e adolescentes no CRAS Santo Antônio Em Barbalha-CE está sendo desenvolvida pela aluna Maria Ana Cleide Silva Viana, sob orientação da professora Esp. Jacsa Vieira de Caldas, do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

Possui como objetivo “Desenvolver uma análise crítica acerca do caráter socioeducativo das ações do SCFV realizadas CRAS Santo Antônio em Barbalha/CE” com fins de produção monográfica que estabelece como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Sua participação na presente pesquisa é voluntária, e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo aluno. Caso decida não participar de estudo na condição supracitada, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

As informações aqui solicitadas deverão ser respondidas em total veracidade e de forma voluntária e serão codificadas podendo ser apresentadas como artigo científico e poderão ser apresentadas em eventos científicos, mantendo-se o sigilo e a integridade física e moral do indivíduo participante do estudo. A coleta de dados ocorrerá através de uma entrevista.

O aluno estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, bem como o professor orientador.

Diante do exposto, eu _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Juazeiro do Norte – CE, _____ de _____ de 2020.